



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CCE**

**MARCELO LIMA SANTOS**

**A HISTÓRIA ECONÔMICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PAPEL  
DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS DE 1900 A 1930**

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA  
2013

**MARCELO LIMA SANTOS**

**A HISTÓRIA ECONÔMICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PAPEL  
DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS DE 1900 A 1930**

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia como pré-requisito para  
obtenção do grau de Bacharel.  
Orientador (a): Josias Alves de Jesus

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA  
2013

**MARCELO LIMA SANTOS**

**A HISTÓRIA ECONÔMICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PAPEL  
DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LOCAIS DE 1900 A 1930**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/2013

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Ms. Josias Alves de Jesus  
(ORIENTADOR)

---

Dr. Gildásio Santana Júnior

---

Ms. Carlos Moisés Oliveira Chaves

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por me possibilitar ter chegado até aqui.

Agradeço a meus pais, Ivonaldo e Zenaide, meu irmão Dinho e minha esposa Lorena, pelo amor, amparo e porque sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, proporcionando condições para a realização de meus objetivos.

Agradeço também a fundamental colaboração de cada um dos professores do curso de Economia da UESB nessa tão difícil caminhada, e em especial a Gildásio e Moisés pelo envolvimento e interesse, ao meu orientador Josias pela interminável paciência, e ao grande mestre Antônio Andrade Leal que tanto me ensinou a valorizar a raiz e a cultura da nossa terra.

Agradeço aos meus colegas de curso, em especial: Sara, Thobias, Hélio, Severiano e Valéria, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho, em especial: O historiador Luís Carlos Fernandes, Maria Inês, Maria José e Tânia do museu Henriqueta Prates.

A todos, o meu muito obrigado.

Dedico este trabalho a Deus, e a minhas duas incondicionais incentivadoras, minha mãe e minha esposa, que sempre estiveram presentes dando carinho, atenção e sábios conselhos nos momentos de dificuldades.

## RESUMO

A presente investigação tem como o objetivo geral discutir como se deu processo de desenvolvimento econômico do município de Vitória da Conquista a partir da contribuição das lideranças políticas locais. O objetivo principal desse estudo científico foi discutir sobre os mecanismos que deram origem à economia do município de Vitória da Conquista (BA). O trabalho procurou demonstrar o resultado para o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância das lideranças políticas no desenvolvimento econômico do município de Vitória da Conquista (BA) entre os anos de 1900 e 1930? Como referencial teórico utilizou-se dos conceitos de liderança política, coronelismo, desenvolvimento e formação econômica brasileira. Para o desenvolvimento desse trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas e visitas a órgãos públicos para investigação de fontes documentais. A pesquisa permitiu conhecer a estrutura de fundamentação e instituição do município de Vitória da Conquista, bem como apresentou os pontos que auxiliaram no crescimento local. As considerações finais do presente trabalho mostram o quão importante foi a influência das lideranças políticas, em especial dos coronéis, para o desenvolvimento da cidade de Vitória da Conquista e o quanto foi diferenciada as atitudes dos coronéis da região sudoeste, em comparação aos padrões do coronelismo brasileiro.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Desenvolvimento Econômico. Lideranças Políticas. Vitória da Conquista.

## **ABSTRACT**

This research is the overall goal discussing how was the process of economic development of the municipality of Vitória da Conquista from the contribution of local political leaders. The main objective of this study was to discuss the scientific mechanisms that gave rise to the economy of the city of Vitoria da Conquista (BA). The study sought to demonstrate the result for following problem: What is the importance of political leadership in the economic development of the municipality of Vitoria da Conquista (BA)? As a theoretical framework we used the concepts of political leadership, colonels, development and training of the Brazilian economy. To develop this work, we used literature searches, interviews and visits to public agencies for investigation of documentary sources. The survey allowed us to know the structure of reasoning and institution of Vitória da Conquista, as well as presenting the points that helped the local growth. The concluding remarks of this work shows how important was the influence of political leaders, especially the colonels, the development of the city of Vitória da Conquista and how different was the attitude of the colonels of the southwest region, compared to the standards of the Brazilian coronelismo .

Keywords: Coronelismo. Economic Development. Political leaders. Vitória da Conquista.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Detalhe do mapa "Terra Brasilis".....	27
<b>Figura 2</b> - Escravos manuseando engenho de cana de açúcar no Brasil.....	27
<b>Figura 3</b> - Mineradores.....	32
<b>Figura 4</b> - Localização de Vitória da Conquista no Estado da Bahia.....	46
<b>Figura 5</b> - Primeira Igreja Matriz construída por João Gonçalves da Costa e demolida em 1930.....	48
<b>Figura 6</b> - Tropeiros que faziam o transporte de mercadorias entre Conquista e Jequié.....	49
<b>Figura 7</b> - Construção da estação de trem em Jequié.....	50
<b>Figura 8</b> - Praça de Jequié.....	51
<b>Figura 9</b> - Praça Ruy Barbosa em Jequié.....	51
<b>Figura 10</b> - Construção da estrada de rodagem Conquista - Jequié.....	52
<b>Figura 11</b> - Pecuária em Vitória da Conquista.....	53
<b>Figura 12</b> - Jornal "A Semana".....	55
<b>Figura 13</b> - Jornal Diário do Sudoeste - Edição Especial Conquista158.....	56
<b>Figura 14</b> - Inauguração do trecho Vitória da Conquista Poções.....	58
<b>Figura 15</b> - Coronel Zeferino Correa e sua esposa.....	58
<b>Figura 16</b> - Primeiro avião a pousar em Vitória da Conquista.....	59
<b>Figura 17</b> - Primeira feira livre onde hoje é a atual praça Tancredo Neves.....	60
<b>Figura 18</b> - Feira livre da Av. Lauro de Freitas.....	61
<b>Figura 19</b> - Atual CEASA de Vitória da Conquista.....	61
<b>Figura 20</b> - Segunda agência da Caixa Econômica Federal de Vitória da Conquista.....	62
<b>Figura 21</b> - Centro industrial dos Imborés.....	63
<b>Figura 22</b> - Fábrica de queijos, requeijão e doces.....	64
<b>Figura 23</b> - Padre José Luiz Soares Palmeira.....	65
<b>Figura 24</b> - Primeira igreja católic.....	66
<b>Figura 25</b> - Igreja católica nos dias atuais.....	66
<b>Figura 26</b> - Seminário na década 50.....	66
<b>Figura 27</b> - Seminário nos dias atuais.....	66
<b>Figura 28</b> - Primeira Igreja Batista.....	67
<b>Figura 29</b> - Primeira Igreja Batista nos dias atuais.....	67

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Indicadores de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade - 2008.....	23
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA – Bahia

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEI – Centro de Estatísticas e Informações

Cel. – Coronel

CEO – *Chief Executive Office*

CRT – *Cathode Ray Tube*

ESI – Índice de Sustentabilidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEED – Instituto de Educação Euclides da Cunha

IFBA – Instituto Federal da Bahia

KM – Kilômetros

LAVISA – Laticínio Vitória da Conquista S.A.

LCD – *Liquid Cristal Display*

LED – *Light Emitting Diode*

MA – Maranhão

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

PA – Pará

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SP – São Paulo

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 CRESCIMENTO VERSUS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	16
2.1.1. <i>Fontes de Crescimento</i> .....	19
2.1.2 <i>Desenvolvimento Econômico</i> .....	20
2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
<b>3 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL.....</b>	<b>25</b>
3.1 O CICLO DO PAU-BRASIL E DA CANA-DE-AÇÚCAR.....	26
3.2 O CICLO DA PECUÁRIA .....	29
3.3 O CICLO DA MINERAÇÃO.....	31
3.4 O CICLO DO CAFÉ.....	33
3.5 A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA ECONOMIA IMPERIAL.....	35
3.6 LIDERANÇA E PODER: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	40
3.6.1 <i>Liderança</i> .....	40
3.6.2 <i>Poder</i> .....	41
3.7 O CORONELISMO NO BRASIL: ASCENSÃO E QUEDA.....	43
<b>4 PAPEL DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PAPEL DAS LIDERANÇAS LOCAIS</b> <b>.....</b>	<b>45</b>
4.1 CONQUISTA JÓIA DO SERTÃO BAIANO.....	46
4.2 ENTENDENDO A ECONOMIA DO MUNICÍPIO: UMA VIAGEM NO TEMPO .....	46
4.3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS NOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE .....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Vitória da Conquista está classificada como uma das cidades que mais crescem economicamente no Brasil. Em uma situação muito diferente da época da Imperial Vila da Vitória de 1840 quando contava apenas com vendas e bodegas isoladas e tinha laços de dependência com outras regiões. Vitória da Conquista atualmente é uma cidade que possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio que corresponde a 0,708, o que indica avanços com relação a expectativa de vida, renda per capita e escolaridade, entre outros aspectos.

A capital do sudoeste baiano está em situação vantajosa no cenário nacional. Se encontra com média anual da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) igual a 8,6%. Isso a posiciona entre as cidades de porte médio que tiveram grande evolução do PIB entre 2002 e 2007, como Itapecerica da Serra/SP (12,5%), Lauro de Freitas/BA(11,9%), Santana de Parnaíba/SP (10,7%), Caxias/MA(10,6%), Itaituba/PA(8,9%) e Palhoça/SC (8,6%). Conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2011).

Em matéria publicada no Jornal Diário do Sudoeste de 19 de janeiro de 2012, o município de Vitória da Conquista faz parte dos municípios locomotivas do desenvolvimento nacional, pois contam com consumidores de classe média sólida prontos a pagar por produtos e comodidades que outrora eram oferecidos apenas nas metrópoles.

A cidade de Conquista, como é carinhosamente chamada pelos seus habitantes, possui um eixo rodoviário favorável, pois se localiza as margens da BR-116, o que lhe permite acesso tanto ao centro-sul, quanto às regiões Norte e Nordeste, o que a configura como um dos principais entrepostos comerciais do Nordeste Brasileiro.

No ano de 2009, as riquezas produzidas em solo conquistense geraram mais de 3 bilhões de reais, 18,5% maior que 2008. Em dez anos, de 1999 a 2009, o PIB municipal apresentou um crescimento superior a 340%. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2011).

Ainda segundo a SEI (2011), o destaque está no setor de serviços, responsável por mais de 70% do PIB do município. Nessa área acumulou R\$ 2,224 bilhões em 2009. O comércio forte e dinâmico e os serviços educacionais e os de saúde contribuem de maneira fundamental para o desenvolvimento desse setor.

Desde que surgiu, o município passou por inúmeras transformações que ocasionaram a evolução da sua economia e a consequente aparição de um grande mercado consumidor que abrange, hoje, cerca de 90 municípios no sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais, com

população de 2 milhões de habitantes dentro desse espaço de abrangência da economia conquistense.

O município que nasceu como consequência do avanço da economia da Colônia e se estabeleceu como principal fornecedor de gado de leite e de corte, encontrou novos caminhos econômicos no decorrer da sua história e conseguiu deixar de ser coadjuvante para se tornar uma das cidades protagonistas no desenvolvimento econômico da Bahia. Mas será que sempre foi assim? Certamente que não.

A ocupação do território nacional se deu do litoral para o interior, como as riquezas brasileiras eram vastas e variadas, isto fez com que a exploração não se restringisse apenas ao litoral.

Os séculos XVII e XVIII ficaram marcados no Brasil Colonial pela expansão territorial. Os principais responsáveis por essa expansão foram os Bandeirantes paulistas. Esquecida economicamente durante o ciclo da cana-de-açúcar, a região de São Paulo era pobre e dependia de uma agricultura de subsistência e do trabalho escravo indígena. Como os bandeirantes tinham experiência em avançar ao interior da colônia, devido às expedições de aprisionamento de indígenas, começaram a ser organizadas as “bandeiras” que eram expedições com recursos e iniciativas próprias, logo os Bandeirantes paulistas tornaram-se a esperança da Coroa Portuguesa para encontrar reservas de metais preciosos, a partir daí começaram a ser organizadas as “entradas” que eram expedições financiadas pela Coroa Portuguesa.

As expedições Bandeirantes tiveram como consequências a expansão territorial da Colônia, que avançou sobre o interior do Brasil. E foi no fim do século XVII, em uma expedição Bandeirante, que se descobriram as reservas de ouro da região das Minas Gerais. Além disso, as vias utilizadas pelos Bandeirantes passaram a ligar as várias regiões da Colônia, promovendo a interligação regional e dando um novo aspecto geográfico ao território nacional.

Com a exaustão da retirada de ouro nas Minas Gerais, área onde a exploração aurífera havia iniciado desde fins do século XVII, e com a descoberta de ouro e metais preciosos na cabeceira do Rio de Contas e do Rio Pardo pelos desbravadores que subiam pelas margens desses rios, no início do século XVIII, ocorreu um deslocamento de inúmeras pessoas para os sertões baianos. Dessa forma, se desenvolve o processo de ocupação do interior da Bahia e posteriormente o surgimento do atual município de Vitória da Conquista.

Ainda com a expansão da ocupação territorial adentro, tem-se a exploração dos minérios existentes em outras áreas do território nacional, assim com também o surgimento de

outros ciclos econômicos como os da pecuária, café e borracha que também colaboraram para fixação das pessoas e para os surgimentos das vilas. Os ciclos econômicos foram de fundamental importância para entender as relações regionais existentes na atualidade. A ocupação do território brasileiro foi feita a partir da necessidade de exploração dos colonizadores.

Com o aprimoramento das formas de produção e comercialização dos produtos tropicais, os minérios brasileiros, e o surgimento de vilas e cidades que garantiam desta forma os eixos comerciais locais, começava-se a organizar o espaço fundiário da época. Esta organização é mais efetiva com a configuração das capitânicas hereditárias fortemente embasadas pela grande propriedade, a exploração e venda dos produtos tropicais, principalmente açúcar e a obtenção da mão de obra escrava. Com o passar do tempo essas capitânicas começaram a se desmembrar e a serem comandadas por meio de outras configurações políticas, assim surgiram outras formas de lideranças como por exemplo a figura do governador e dos coronéis no interior.

No caso específico da Bahia havia uma forte concentração das terras e do poder local nas mãos dos coronéis, e estes líderes políticos da época tinham influência direta no desenvolvimento das regiões que lhes foram confiadas.

Assim, a presente pesquisa pretende responder à seguinte pergunta: Qual a importância das lideranças políticas no desenvolvimento econômico do município de Vitória da Conquista (BA) entre 1900 e 1930?

Diante desse questionamento, o objetivo geral da pesquisa é discutir como se deu o processo de desenvolvimento econômico do município de Vitória da Conquista a partir da contribuição das lideranças políticas locais. Como objetivos específicos têm-se:

- a) Relacionar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil com o processo de surgimento do município de Vitória da Conquista;
- b) Analisar a influência da formação econômica do Brasil no desenvolvimento da economia do município de Vitória da Conquista;
- c) Discutir o papel das lideranças locais para o desenvolvimento econômico e social do município de Vitória da Conquista no período de 1900 a 1930.

A metodologia da presente investigação está dividida da seguinte forma: como Método de Abordagem utiliza-se o Método Dedutivo que, segundo Marconi e Lakatos (1987), partindo de teorias e leis, na maioria das vezes, prediz a ocorrência de fenômenos particulares em um processo de conexão descente. Como Método de Procedimento utiliza-se o Método Histórico já que o objeto está intimamente ligado ao processo histórico de ocupação do

território nacional. Como Técnica para recolhimento dos dados, utiliza-se de pesquisa bibliográfica em um primeiro momento e depois a Pesquisa Documental, utilizando-se de documentos e arquivos da época do surgimento do município de Vitória da Conquista.

A análise do presente trabalho considera ainda duas categorias analíticas estabelecidas para nortear a discussão em torno do objeto, são elas: Coronelismo e Lideranças Políticas. Essas duas categorias serão importantes para dar corpo ao referencial teórico escolhido.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho é composto de mais três capítulos: No capítulo dois discute-se alguns conceitos de desenvolvimento econômico. No terceiro capítulo será discutido o processo de formação econômica do Brasil, procurando contextualizar o momento histórico no qual surgiu o município de Vitória da Conquista, assim como o conceito de liderança e coronelismo que embasará teoricamente o trabalho.

O quarto capítulo tratar-se-á da retrospectiva histórica do município de Vitória da Conquista, destacando a contribuição das lideranças políticas locais para o desenvolvimento econômico local.

## 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### 2.1 CRESCIMENTO VERSUS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ASPECTOS CONCEITUAIS

O crescimento econômico relaciona-se com a evolução do produto real de um país. Quanto maior for a evolução, maior será o crescimento econômico experimentado no período. Trata-se de um termo muito importante dentro da Economia, pois está ligado ao sistema de produção e na sua capacidade de expansão, gerando renda e emprego para os indivíduos.

Nesse contexto, Vasconcelos e Garcia (2009, p. 205) afirmam que “crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda ‘per capita’ ao longo do tempo.” Assim, um dado país teve crescimento econômico se registrou aumento da renda per capita ao longo de determinado período.

Pinho *et al.* (2004) afirmam que o crescimento econômico pode ser conceituado como sendo o crescimento contínuo do produto interno bruto em termos global e per capita, ao longo do tempo. Este critério implica também em uma melhor eficiência do sistema produtivo. Ora, o sistema produtivo precisa continuamente desenvolver sua capacidade de produzir mais com menos recursos, sendo capaz de atender a demanda interna.

Ainda segundo Pinho *et al.* (2004), a ideia de crescimento econômico é recente. Antes da Revolução Industrial e do surgimento do Capitalismo as sociedades encontravam-se em estágios estagnados, não havia nenhum crescimento expressivo no volume da produção, nem mesmo da acumulação de capital. Elas eram basicamente agrícolas e não havia grandes mudanças ao passar dos anos: não existia o crescimento econômico.

O volume de produção é um termo importante para a compreensão do crescimento econômico. Smith (1996), afirma que é o trabalho anual de cada nação que forma um fundo que lhe fornece, originariamente, todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. Desta forma, é o volume da produção que determinará se a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade.

Cada nação tem suas características e, por isso, produções diferentes. Entende este autor que o excesso ou a escassez de suprimentos anuais de uma nação depende necessariamente, da proporção entre o número dos que anualmente executam um trabalho útil e o daqueles que não executam tal trabalho. A divisão do trabalho é a responsável pelo

aprimoramento das forças produtivas do trabalho e, também, pela especialização dos trabalhadores em certas tarefas.

A especialização da mão de obra foi possível graças à divisão do trabalho. Linhas de produção diversas, de diferentes indústrias, funcionam com o princípio da divisão do trabalho. Pode-se dizer que a divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas deste (SMITH, 1996).

Essa reorganização na forma como os produtos eram fabricados e as vantagens proporcionadas pela divisão do trabalho e pela especialização foi determinante para que pudesse ser viabilizada o aumento da produção. A modernização da indústria e a adoção de novos modelos de gestão foram determinantes para a expansão da capacidade de produção das indústrias.

Pinho *et al.* (2004) explicam que o capitalismo, trazendo contínuas mudanças tecnológicas e acumulação de capital, alterou de forma radical as estruturas destas sociedades. No século passado a produção industrial mundial cresceu significativamente. Pode-se dizer que, para que uma sociedade tenha um crescimento econômico, é necessário que ocorra:

- a) Acumulação de capital: através do aumento de máquinas, indústrias etc.; da realização de obras de infraestrutura: estradas, energia etc.; e do investimento em recursos humanos: melhor preparação da mão de obra, etc. O crescimento econômico, portanto, requer que sejam realizados investimentos na infraestrutura do país, incluindo modernização do parque industrial, das estradas, dos portos, na capacitação da mão de obra, etc.
- b) Crescimento da população: um aumento da população implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna. Ora, não adianta estimular a produção se não houver quem possa consumir os produtos. Os produtos ficariam estocados e o sistema produtivo entraria em crise, sem ter recursos para continuar produzindo, já que não conseguiria vender seus estoques. Assim, é preciso ter quem compre e também força de trabalho disponível. O crescimento da população e o aumento da demanda são importantes para que um país possa registrar crescimento econômico.

Vale lembrar que a acumulação de capital deve-se ser proporcional ao crescimento da população, caso contrário seria evidente um processo de desequilíbrio econômico, seja por inflação de demanda ou por deflação de preços por conta do aumento na produção.

O crescimento econômico refere-se à tendência, em longo prazo, de a produção de um país ser mostrada pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB). O Produto Interno Bruto consiste, segundo Sanchez (2001, p. 227), no “Valor total anual da produção doméstica de produtos e serviços numa economia nacional”.

Afirmam Troster e Monchon (1999) que, apesar de as causas do crescimento econômico e suas características assumirem peculiaridades diferentes em cada país e momento histórico determinado, geralmente, podem-se considerar os seguintes fatores como determinantes básicos do crescimento:

- a) Disponibilidade de recursos produtivos;
- b) Produtividade;
- c) Atitude da sociedade em relação à poupança / Abstenção de consumo presente.

Ter recursos produtivos disponíveis e capazes de produzir para atender a demanda é importante para que haja crescimento econômico. Assim, os países precisam investir na modernização de suas indústrias, na atualização dos parques industriais, pois recursos produtivos eficientes vão de encontro a um maior volume de produção.

A produtividade relaciona-se com a eficácia de um sistema produtivo, com a capacidade de utilizar de maneira adequada os recursos. Refere-se a capacidade de produzir mais com menos recursos. Problemas na produtividade em uma indústria de um país podem exigir o maior emprego de recursos para conseguir produzir o mesmo volume que as indústrias de outros países produzem com o empregando menor quantidade.

Outro ponto importante para a existência do crescimento econômico é a atitude da sociedade em relação à poupança. Conforme destacado por Gordon.

Uma das causas para o lento crescimento econômico é uma taxa inadequada de poupança nacional, isto é, a soma da poupança privada por parte das famílias e das empresas e a poupança pública por parte do governo. Sempre que o governo incorre em déficit orçamentário, a taxa de poupança pública é negativa. Isso reduz a taxa de poupança nacional e atrasa o desenvolvimento econômico, porque a poupança privada é desviada para o financiamento do déficit orçamentário do governo e, portanto, fica indisponível para financiar gastos com investimentos privados, que são uma fonte de crescimento econômico. (GORDON, 2000, p. 196).

A existência de poupança privada é necessária para que as empresas possam obter recursos para financiar suas atividades, que poderiam resultar em um maior crescimento econômico.

### 2.1.1. Fontes de Crescimento

Segundo Vasconcelos e Garcia (2009), um caminho para se analisar as diferenças de desenvolvimento entre os países é partir dos elementos que formam a “função de produção agregada” do país. O crescimento da produção e da renda decorre de variações na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão de obra. Assim, as fontes de crescimento são as seguintes:

- a) Aumento na força de trabalho (quantidade de mão de obra), derivado do crescimento demográfico e da imigração;
- b) Aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva;
- c) Melhoria na qualidade da mão de obra, através de programas de educação, treinamento e especialização;
- d) Melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital;
- e) Eficiência organizacional, isto é, eficiência na forma como os insumos interagem.

O aumento da força de trabalho é uma importante fonte para o crescimento econômico. Ora, sem trabalhadores as indústrias não podem se expandir. Por isso, é preciso investir na capacitação da força de trabalho, a fim de poder oferecer às indústrias a mão de obra que necessita para desenvolver suas atividades.

O capital é quem financia e torna possível a expansão das empresas. Sem capital uma empresa não pode realizar investimentos visando o crescimento da produção. Por isso, a disponibilidade de capital para investir em capacidade produtiva é uma fonte de crescimento econômico.

A produtividade e a eficiência produtiva de uma indústria dependem, em parte, da qualidade da mão de obra aplicada. Por isso, é importante que o país desenvolva um bom sistema educacional, capaz de preparar as pessoas para atender às necessidades das empresas.

A modernização do parque industrial do país é outra fonte de crescimento econômico. Novas tecnologias são desenvolvidas a cada dia e muitas têm o potencial de conferir maior produtividade e eficiência às indústrias.

Por fim, tem-se a eficiência organizacional como uma das fontes de crescimento econômico. Em outras palavras, pode-se dizer que o crescimento depende da forma pela qual uma empresa aplica seus recursos para produzir seus produtos e/ou serviços. Uma empresa

pode, por exemplo, precisar utilizar muito mais recurso do que seria necessário para produzir um produto, resultando em baixa eficiência.

### 2.1.2 Desenvolvimento Econômico

Para Kindleberger e Herrick (*apud* Pinho *et. al.*, 2004), o desenvolvimento econômico é um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, ou seja, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção. Assim, para que haja desenvolvimento é preciso que haja crescimento.

De acordo com Gordon (2000):

Uma sociedade com baixa taxa de crescimento econômico sofre conflitos contínuos na medida em que é necessário fazer escolhas difíceis no tocante à alocação de um bolo que cresce devagar. Nessa sociedade infeliz, aplicar mais gastos com saúde e com educação pode significar impostos mais altos ou corte nos benefícios da Previdência Social. Não é de se admirar que a exploração do crescimento econômico tenha passado para o primeiro plano como um tópico central de macroeconomia. (GORDON, 2000, p. 197).

Assim, embora o crescimento seja uma condição para que haja desenvolvimento, aquele, por si só, não garante que este ocorra. Ou seja, o crescimento econômico, sozinho, não é capaz de assegurar que irá ocorrer desenvolvimento econômico. Um país pode experimentar um significativo crescimento na economia, mas ter um desenvolvimento praticamente inexistente no que concerne a este aspecto. Por isso, os países precisam aprender a direcionar o crescimento econômico para a viabilização do desenvolvimento econômico, proporcionando melhor qualidade de vida à população e distribuição da renda.

Segundo Colman e Nixon (1981 *apud* Pinho *et. al.*, 2004), o desenvolvimento econômico compreende um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade. É um conceito normativo e é medido de forma diferente pelas diferentes pessoas de uma mesma sociedade.

O desenvolvimento econômico, a partir desse entendimento, compreende os investimentos realizados para a melhoria dos valores desejáveis pela sociedade. Assim, por exemplo, se há uma valorização social de um sistema público de saúde de qualidade, as melhorias realizadas nesse setor serão consideradas como desenvolvimento. Por isso, é importante considerar as necessidades da sociedade, para direcionar a aplicação dos recursos para atendê-las da melhor maneira possível.

Schumpeter (1982) afirma que o desenvolvimento econômico compreende uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação no equilíbrio, que

altera o desloca de forma permanente o estado de equilíbrio previamente existente. Ou seja, o desenvolvimento acontece quando algo novo é inserido e muda os paradigmas atuais.

De acordo com Souza (2005) são os produtores os responsáveis pela introdução das mudanças mais importantes na economia. Os consumidores são apenas levados a consumir os novos produtos. Assim, a organização da produção, as novas formas de produzir e combinar diferentes insumos e habilidades, gerando novos produtos e/ou serviços, ou mesmo estes com melhor qualidade e menor custo, constitui um dos elementos essenciais do processo de desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1982) diz que a “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos é determinante para o desenvolvimento econômico. Assim, nota-se uma íntima relação entre o processo inovador e o desenvolvimento econômico. A criação de inovações e o rompimento de paradigmas estimula a economia e, por conseguinte, conduz ao desenvolvimento econômico.

Segundo Schumpeter (1982, p. 47), “o processo de desenvolvimento não se confunde com o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza”. Assim, o desenvolvimento compreende “um fenômeno distinto, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”.

Essas mudanças são introduzidas por inovações. As inovações são criadas e estimulam o comportamento dos consumidores a desejá-las, colocando o motor capitalista em marcha. Nesse aspecto Vasconcelos e Garcia (2009, p. 205) explicam que:

Desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. (VASCONCELOS E GARCIA, 2009, p. 205).

Assim, o desenvolvimento econômico requer muito mais do que o simples crescimento econômico. Requer, por exemplo, que o governo seja capaz de criar políticas públicas capazes de atender às necessidades da população, de elevar os indicadores de bem-estar econômico e social, de melhorar a qualidade de vida da população, etc.

Vecchiatti (2004) afirma que, no século XXI vive-se um verdadeiro paradoxo: experimenta-se um significativo crescimento econômico e uma intensa transformação tecnológica, ao mesmo tempo em que os países têm se mostrado incapazes de promover uma boa condição social para as pessoas. Ou seja, os países estão tendo dificuldades na repartição das riquezas advindas do maior crescimento econômico.

Assim, se ao longo das últimas décadas desenvolveu-se um aparato científico-tecnológico capaz de resolver grande parte dos principais problemas ecológicos, ficou também cada vez mais evidente a incapacidade das formas sociais organizadas de se apropriarem desses meios. Assim, verifica-se que o crescimento econômico sozinho não leva de forma automática para o desenvolvimento, como já se mencionou anteriormente.

Na realidade, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento econômico ainda não possui suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável iria na mão contrária do crescimento econômico. Como observado por Veiga:

Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não é a mesma coisa. (VEIGA, 2008, p. 56).

Assim, o crescimento econômico não garante desenvolvimento econômico. Um elevado crescimento econômico pode, inclusive, piorar as condições sociais da população. Uma indústria, por exemplo, que busca elevar ao máximo sua produtividade, explorando os trabalhadores e poluindo o meio ambiente, reaplicando seus lucros somente no aumento da produtividade, está contribuindo para que não haja desenvolvimento econômico.

Para Sachs (2001 *apud* VECCHIATTI, 2004) o crescimento econômico, desde que empregado para alcançar objetivos socialmente desejáveis e repensado de forma adequada, a fim de minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Taxas significativas de crescimento são necessárias, uma vez que é muito difícil redistribuir bens e renda em uma economia estagnada, que não apresenta crescimento econômico.

O que deve ser evitado, portanto, é a busca irresponsável por crescimento a qualquer preço, não respeitando os direitos dos trabalhadores, a qualidade de vida da população ou a necessidade de preservar o meio ambiente. Um país que investe em crescimento econômico sem pensar em suas consequências, está prejudicando a qualidade de vida no presente e também a capacidade de sobrevivência das futuras gerações.

Segundo o Instituto Socioambiental (2008), no período de 1975 a 2003, a capacidade de transformar crescimento em desenvolvimento foi bem superior no Brasil do que em todos os outros países citados:

**Quadro 1** - Indicadores de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade - 2008.

País	PIB per capita	IDH		ESI
		1975	2003	
	Taxa anual 1975-2003	1975	2003	2005
<b>China</b>	8,2	0,525	0,755	38,6
<b>Coreia</b>	6,1	0,707	0,901	43
<b>Chile</b>	4	0,704	0,854	53,6
<b>Índia</b>	3,3	0,412	0,602	45,2
<b>Brasil</b>	0,8	0,645	0,792	62,2

Fonte: Instituto Socioambiental, 2008.

O Quadro 1 mostra que com cerca de 10% do desempenho médio da economia da China, o Brasil foi capaz de elevar seu IDH em cerca de 22% no período de 1975 a 2003. Ou seja, o Brasil, de certa forma, conseguiu converter com eficiência o crescimento econômico em desenvolvimento econômico. Além disso, o Brasil registrou o melhor Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI), o que indica a preocupação do país com o meio ambiente, com a sustentabilidade.

## 2.2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A discussão de desenvolvimento local perpassa antes pela tentativa de compreensão de que local está se tratando no presente trabalho. Para tanto será feita uma pequena abordagem da noção de espaço e região, para que então seja apresentada a discussão sobre o desenvolvimento local.

Antes de explorar o que vem a ser desenvolvimento local, é importante esclarecer o que se entende por local. Com base em Buarque (2008), local pode ser entendido como a delimitação da análise em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Assim, por exemplo, ao invés de abordar a questão do desenvolvimento do país como um todo, foca-se a análise para determinada parte do país, como um município.

Segundo Souza (2005) os modelos econômicos discutidos na ciência econômica moderna, pressupõe que exista uma localização ótima da população e das atividades econômicas que ali existem, onde os custos de transação são negligenciados. A região então é um ponto abstrato e só existe o mercado nacional. Ainda segundo ao autor, a análise territorial ganhou força após os desequilíbrios regionais se acentuarem e as crises produzirem efeitos diferentes em regiões distintas de um mesmo território. Podendo em algumas regiões, por

exemplo, o desemprego ser muito maior do que em outra, ao ponto de demandar intervenções do governo de forma mais intensa.

Segundo Amaral Filho,

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes do emprego, do produto e da renda local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Muito já se foi criticado a respeito da noção de desenvolvimento endógeno, local ou regional. Existe uma diversidade na compreensão do desenvolvimento local. Segundo Amaral Filho (2001) as questões relacionadas à concentração e aglomeração ocuparam lugar central nas teorias e modelos tradicionais de localização industrial, em grande parte de origem alemã, que dominaram a ciência econômica regional.

A noção de diversidade no desenvolvimento local supõe pelo menos dois significados: um quantitativo (a diversidade expressando a desigualdade pela dimensão que é dada na análise do desenvolvimento que expressa uma característica intrínseca ao desenvolvimento – concentração espacial, concentração de capital etc.) e um qualitativo (resultando da situação de iniquidade no processo de diferenciação - os que têm mais, os que têm menos etc.).

Ainda na visão de Souza (2005) a ideia de espaço se diferencia da noção da região pela restrição de contiguidade. A região, necessariamente, precisa ser constituída por um território contínuo delimitado por uma fronteira. O espaço econômico pode ter descontinuidades, como o caso dos centros urbano-industriais, que ultrapassam as fronteiras político-administrativas daquilo que se poderia denominar de regiões e países.

O desenvolvimento local, portanto, é muito mais do que crescimento da localidade, envolvendo, por exemplo: a realização de programas de geração de emprego e renda, apoio à modernização das empresas, esforços visando elevar o nível de qualificações e de competências e as ações facilitando a adoção e a difusão de novas tecnologias e inovações, criação de instrumentos institucionais objetivando adaptar as mudanças e antecipar os desafios e problemas etc.

Assim, pode-se entender que o desenvolvimento local vai muito além do crescimento do produto interno bruto de um município. O desenvolvimento local é um conceito mais abrangente, que envolve diferentes aspectos da vida das pessoas e da economia local. Questões como as taxas de desemprego, o grau de desenvolvimento da indústria e sistema público de saúde são importantes para que se possa falar em desenvolvimento local.

Outra contribuição importante pode ser vista em Buarque (2008). Segundo ele o desenvolvimento local pode ser entendido como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2008, p. 25).

A partir dessa definição, pode-se notar que “local” refere-se a uma pequena unidade territorial ou agrupamento humano. Assim, é possível falar de desenvolvimento local de um determinado município. O uso do termo local em associação à palavra desenvolvimento focaliza a análise que está sendo feita.

O desenvolvimento local representa uma transformação na qualidade de vida da população de uma localidade. Representa, em outras palavras, a capacidade de uma localidade em converter o crescimento econômico em desenvolvimento econômico, por meio do fortalecimento de diferentes aspectos, como, por exemplo: melhoria do sistema de saúde, acesso à educação, geração de empregos, modernização do parque industrial, melhoria da renda “per capita” etc.

A tendência é que a economia local se fortaleça, pois terá um aumento no seu produto interno bruto e arrecadação tributária. A localidade terá mais recursos para investir em seu desenvolvimento, possibilitando programas de melhoria no sistema público de saúde, construção de novas escolas, oferecimento de creches etc.

O desenvolvimento local, portanto, volta-se para o fortalecimento da economia local, elevando a qualidade de vida dos moradores de uma dada localidade. Alcançar um bom índice de desenvolvimento local sustentável exige a adoção de uma estrutura que estimule a cultura empreendedora, que facilite a criação e administração das empresas. Ora, as empresas são fundamentais componentes das economias, sendo responsáveis pela produção de produtos e prestação de serviços para satisfazer às necessidades da população, criação de renda e geração de empregos.

### 3 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O objetivo do presente capítulo é discutir os aspectos políticos e econômicos que permeiam o processo de formação da economia brasileira, ressaltando os ciclos econômicos do pau-brasil, da pecuária, da mineração e do café, pois entende-se que o surgimento do município de Vitória da Conquista está inserido no contexto da própria formação econômica do Brasil, assim como o seu processo de interiorização.

#### 3.1 O CICLO DO PAU-BRASIL E DA CANA-DE-AÇÚCAR

O Brasil no decorrer de sua história sofreu profundas mudanças, porém a questão econômica foi a mais afetada. No período Colonial o que impulsionou sua economia foi à exploração de produtos que foram responsáveis pela divisão em ciclos econômicos, destacando: o pau-brasil, a cana de açúcar, a pecuária, o ouro, diamantes.

Segundo Furtado (1998) no Brasil Colonial ocorreram inúmeros ciclos principalmente no ramo primário-exportador, a começar pelo Ciclo do Pau-Brasil. O declínio se dava por fatores que fazem parte das regras de mercado: saturação do mercado, esgotamento das fontes do produto, que geralmente é provocada por uma depressão econômica, epidemia, guerra civil que geram uma inibição das importações.

Em concordância com Furtado, Santiago afirma que:

A partir de 1501, com a primeira expedição exploradora de Portugal em território brasileiro deu-se início à exploração de vegetais e animais, dentre estes estava o pau-de-tinta como também era conhecido, o pau-brasil, por ser uma madeira tintorial, muito usado na Europa para tingir tecidos e confeccionar peças nobres de carpintaria e armação de naus. Apesar de não ser um produto muito rentável para a Coroa Portuguesa ele se encaixou ao modelo mercantilista-colonialista adotado por Portugal além de gerar interesse em Florença, Veneza, Espanha e Flandres que também se interessaram por outras madeiras como ibirapitanga ou pau-vermelho e jacarandá ou pau-santo para os portugueses. (SANTIAGO, 2010, p. 3).

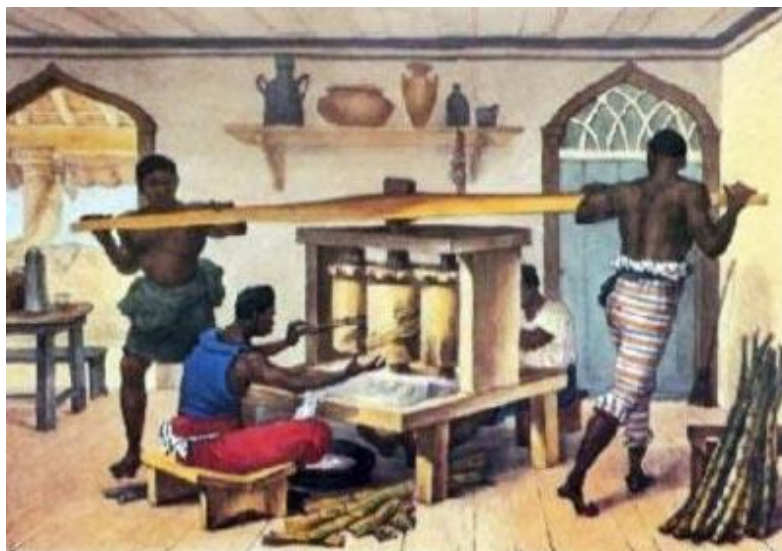
O Pau-Brasil era extraído da mata que margeava o Oceano Atlântico que se iniciava em Cabo de São Roque no estado que é hoje o Rio Grande do Norte até Cabo Frio no Rio de Janeiro. Foi uma extração em larga escala que apenas a produção inicial chegou a 580 toneladas por ano e por ganhar tal significação no mercado europeu acabou dando nome à nova terra. A planta foi à pauta de exportação do Brasil até 1555, mas ao passo que a matéria-prima começou a ficar escassa na orla marítima, foi-se aumentando o custo da extração diminuindo o interesse pelo seu comércio, findando em 1550 o ciclo do Pau-Brasil (FURTADO, 1998).



**Figura 1** - Detalhe do mapa "Terra Brasilis", (REINEL, 1519).

Conforme representação na Figura 1, o ciclo do pau-brasil se mistura com o ciclo do açúcar, que já existia; porém, ocorreu um processo de declínio natural do pau-brasil e crescimento da cana-de-açúcar entre 1534-1549. Segundo Badaró (2008) o consumo generalizado de açúcar na Europa fez da cana-açúcar uma mina de ouro para os portugueses. O açúcar era um produto de muita aceitação na Europa e alcançava um grande valor. Após as experiências positivas de cultivo no Nordeste, já que a cana-de-açúcar se adaptou bem ao clima e ao solo nordestino, começou o plantio em larga escala. Seria uma forma de Portugal lucrar com o comércio do açúcar, além de começar o povoamento do Brasil.

A Figura 2 a seguir, mostra como a mão-obra escrava, de origem africana, foi utilizada nesta fase. Os escravos negros eram utilizados na colheita e no engenho para moer a cana-de-açúcar.



**Figura 2** - Escravos manuseando engenho de cana de açúcar no Brasil, (DEBRET, [entre 1820 e 1830]).

No final do século XVI, o Brasil já se convertera no maior produtor e fornecedor mundial de açúcar, com um artigo de melhor qualidade que o procedente da Índia e uma produção anual estimada em seis mil toneladas, cerca de noventa por cento das quais eram exportadas para Portugal e distribuídas na Europa (BADARÓ, 2008).

Segundo Furtado (1998) na segunda metade do século XVI até fins do século XVII, o açúcar brasileiro dominou o comércio mundial. A importância comercial deste produto e a sua grande expansão em terras brasileiras constituíram fatores geradores da economia que passou a financiar a agroindústria do açúcar no Brasil, tanto nas instalações de engenhos como nas importações de escravos da África. Com elevação contínua da produção e preços do açúcar, o produto alcança seu apogeu no período de 1646-1654.

Ao açúcar fabricado no Brasil abriram-se mercados grandemente vantajosos. Sabe-se que antes de 1500 os europeus, em geral, só adoçavam seus alimentos e bebidas com um pouco de mel ou açúcar de Beterraba. Compreende-se assim que, ao revolucionar com o açúcar o sistema europeu de alimentação, o Brasil recém-descoberto tenha assegurado aos portugueses rendimentos mais regulares ou estáveis que as riquezas do Oriente (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2012).

Segundo Braga (1998), com a crise da economia advinda do açúcar na metade do século XVII, os proprietários que na maioria eram colonizadores portugueses começaram a buscar novas formas de rentabilidade, ampliando o foco para a mineração. Os ciclos de mineração começaram com as bandeiras, aos quais estas evidenciavam e seguiam rumo ao sertão brasileiro, grande fonte de riquezas e, de todo modo, encontraram os mais diversos minerais de grande valor, nos atuais Estados de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, ainda no final daquele século.

No início do Século XVIII ficava claro que os acordos efetivados entre os governos britânico e português não contornariam a crise estabelecida pelo fato da decadência produtiva do açúcar, todavia, o início das descobertas de ouro e outros minerais de grande valor trouxeram de volta toda a expectativa de crescimento e aumento da rentabilidade das metrópoles. Um novo ciclo na economia colonial se inicia a partir das descobertas de minas de ouro e trouxeram consigo novos laços de relações entre metrópole e colonial, no caso Brasil e Portugal.

O interesse exploratório da metrópole portuguesa pelo Brasil e a nova forma de crescimento através dessa exploração, esta concomitante com as suas políticas de restrições econômicas em um fluxo de opressão administrativa gigantesca que embasaram grande impacto para a retomada da colônia. Assim a fundamentação efetiva da descoberta da

mineração conseguiu eliminar as demais atividades, já que seria mais rentável investir nesta, aos quais as outras culturas entraram em decadência, com a descoberta de ouro, prata, diamantes e outros minérios na colônia.

A exploração advinda de uma grande escala e proporção trouxeram consigo novas formas de visão para a colônia pela corte portuguesa. Essas novas perspectivas conduziram uma parcela da população de algumas regiões do Nordeste e Sudeste para o interior do país, pois havia um estímulo da economia colonial para sanar o possível rombo oriundo da decadência do ciclo açucareiro, e iniciando de todo modo a outra política cíclica da mineração, recrutando a mão-de-obra escrava e livre, que viviam dependentes das grandes produções de açúcar.

Ainda de acordo com Braga (1998), todo o ciclo da mineração advinha de novas formas de reestabelecer a exploração da colônia pela metrópole. Para Furtado (1998), o objetivo único do sistema açucareiro seria o de manter ativa a segurança do perímetro de exploração e continuar com o fluxo constante de manutenção da colônia, jamais havia surgido algum tipo de manifestação por parte dos empresários dos mais variados setores para qualquer tipo de atividade ali instalada, ou seja, para o autor a base inicial para a atuação de outras fontes de comércio seria a instalação da cultura açucareira.

Paralela à produção de cana-de-açúcar surge à pecuária, que contribuiu para expansão do território brasileiro. Para Furtado (2006) a pecuária no seu início, foi uma atividade impulsionada pela economia açucareira e sua lucratividade era baixa, pois o valor da exportação do açúcar superava os três milhões de dólares enquanto que seria difícil a renda bruta da atividade criatória chegar a 153 mil dólares.

### 3.2 O CICLO DA PECUÁRIA

No início do século XVII, a criação de gado que era um elemento necessário, dependia exclusivamente da disponibilidade de terras e como haviam muitas, a sua expansão se deu para o sertão nordestino, cruzando o São Francisco e alcançando o Maranhão. O gado não era conhecido dos indígenas brasileiros. Foi introduzido no Brasil, pelos portugueses. Inicialmente sendo fornecidos para os engenhos como força motriz e fornecendo a carne e o couro para demais atividades, como destacado por Furtado:

Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de se criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido

grandes, pois o governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas, a açucareira e a criatória, que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina. A criação de gado\_ da forma que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil\_ era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. (FURTADO 2006, p.96).

Na região nordeste se estabeleceu, praticamente, dois sistemas econômicos: O açucareiro e o pecuarista. Como começou a prejudicar os canaviais, pois estes não eram cercados, a pecuária deslocou-se para o interior, seguindo o roteiro do rio São Francisco que ficou conhecido como o rio dos currais. Ainda de acordo com Furtado (2006) a região açucareira era dependente da importação de mão de obra de outras regiões conforme destaca:

Assim enquanto na região açucareira dependia-se da importação da mão de obra e equipamento simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação. Por outro lado, as condições de trabalho na pecuária eram tais que propiciava um crescimento vegetativo de sua própria força de trabalho. A essas disparidades se devem as diferenças fundamentais no comportamento dos dois sistemas no longo período de declínio nos preços do açúcar. (FURTADO, 2006, p.102).

A economia criatória, como denominada por este autor, era praticamente de subsistência de sua população e a fonte de fornecimento de couro que na época era a matéria-prima para a fabricação de inúmeros materiais. A atividade pecuarista ocasionou transformações fundamentais no sistema econômico brasileiro.

Segundo Furtado, essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativo do que as ocupações acessíveis da atividade açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado.

Ainda seguindo o pensamento de Furtado (2006), no Nordeste, era uma criação extensiva e itinerante. Posto que se iniciou nos engenhos e aos poucos foi adentrando para o interior. A mão de obra que era utilizada foram os vaqueiros mamelucos que recebiam como pagamentos as crias dos animais. Desde modo com o passar do tempo médio de quatro a cinco anos, estes vaqueiros possuíam animais suficientes para montar suas primeiras fazendas.

Para este autor, todos os animais eram criados soltos devido à extensão da caatinga, onde só voltavam ao curral para serem marcados e caso dessem cria. Como havia pouca produtividade econômica, não surgia interesse em manter um rebanho, até por que o principal motivo de terem as crias era a carne fresca, a carne seca e o couro.

A semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesa, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em

formação, podendo assim iniciar a criação por conta própria. Tudo indica que esta atividade era muito atrativa para os colonos sem capital, pois não somente da região açucareira, mas também da distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela. (FURTADO, 2006).

Segundo Lacerda (2010), o crescimento de outros produtos de exportação, como o fumo, o algodão e, sobretudo o café, prolongou-se até quase a Independência. Por essa época, tentou-se revitalizar a agroindústria açucareira, com a introdução da máquina a vapor e aplicações da química e da física. Milhares de engenhos, os velhos banguês, espalhavam-se então pelo país, tentando resistir a concorrentes fortes que surgiam nas regiões mais adiantadas.

Com a cana-de-açúcar e a pecuária aconteceu a expansão do território brasileiro contribuindo para o nascimento de cidades que iniciava ao longo de uma fazenda depois um ponto de apoio ou comércio, posteriormente um povoado, logo em seguida uma vila, e então, naturalmente surge uma cidade.

Para Prado Júnior (1989) a nova conjuntura internacional gerada pelo Pacto Colonial, que garantiu o monopólio comercial entre as metrópoles e as colônias, leva ao renascimento agrícola do Brasil. A Colônia fica na obrigação de ofertar produtos de gêneros tropicais a Metrópole por preço baixo, enquanto que toda a manufatura consumida na Colônia deve ser exclusivamente adquirida da Metrópole.

Ainda segundo Prado Júnior (1989) antes a produção era de base no açúcar, porém com a substituição dos preços deste produto no mercado internacional, a Colônia passou a buscar alternativas de produção, passou-se a plantar o algodão, visando o mercado europeu, principalmente as manufaturas inglesas. E isso também foi que contribuiu para a ocupação do interior do Brasil.

### 3.3 O CICLO DA MINERAÇÃO

Logo após o ciclo da cana de açúcar vem o ciclo do ouro na região de Minas Gerais iniciado por volta de 1697, causando alarde a população e atraindo atenção internacional. O abuso da coroa portuguesa através do aumento dos impostos e das tarifas para exploração, aliada à escassez do minério levou este ciclo ao declínio. Tamanho abuso de Lisboa determinou um clima de revolta, culminando com a Inconfidência Mineira que apesar de todos os percalços, conseguiu por um fim nesses atos predatórios para a colônia (BADARÓ, 2008)

Inicialmente, os portugueses se concentraram no litoral, mas sempre tiveram o interesse de encontrar minas de metais preciosos. A decadência do ciclo do açúcar empurrou os portugueses para o interior. Destaca-se a importância das entradas e dos bandeirantes paulistas para interiorização do território nacional. Com a busca pelos minérios, encontraram-se metais preciosos em Minas Gerais, principalmente em: Vilas de Caeté, Vila Rica e Sabará. E com a contínua busca pelo interior, chegou-se a encontrar metais preciosos em Mato Grosso e Goiás.

Segundo Santos (2010) o governo português com o objetivo de recuperar os prejuízos passou a estimular as bandeiras à procura de ouro. Com isso alguns bandeirantes paulistas encontraram em 1696 pedaços de ouro com uma casca preta e essa notícia se espalhou trazendo cerca de 8 a 10 mil pessoas por ano para a colônia em busca do tão sonhado e cobiçado ouro.

A seguir a Figura 3 nos dá uma noção de como era a rotina da exploração do ouro naquela época.



**Figura 3** - Mineradores, (RUGENDAS, 1835).

Segundo Badaró (2008) na região das minas, começou a ser visto uma nova forma de produção, essa forma se diferenciava da produção açucareira com um nível de organização descentralizado e mais organizado, esse fator fez com que o mercado interno fosse melhor estruturado, atendendo até as demandas da vida urbana local. Havia uma série de fatores para organização das minas, dentre elas:

- a) O descobridor devia comunicar, imediatamente, a sua descoberta;

- b) A mina era dividida em várias datas (dados brutos que informam quem comprou o que);
- c) O descobridor escolhia uma data, a Coroa outra, sendo as outras leiloadas conforme o número de escravos interessados;
- d) O imposto era o quinto, isto é, a quinta parte do todo o ouro encontrado pertencia ao Rei; nas Casas de Fundição, o ouro em pó era transformado em barras com o sinete da Coroa, subtraindo-se a parte pertencente ao Rei;
- e) Derrama: o total do quinto não podia ser inferior a 100 arrobas (1500 quilos). Se isto ocorresse, era cobrando à força.

Existiam duas formas básicas de explorar os metais ali existentes. Lavras eram as minas maiores, onde havia mais ouro e outros minérios valiosos, onde eram utilizados muitos escravos e formas de extração do metal de modo mais sofisticado. E, havia os Faiscadores, que eram aqueles produtores que atuavam sozinhos, em minas já esgotadas, e com a utilização de modos de produção rudimentares e já ultrapassados. O Ciclo da Mineração perdurou até o final do século XVIII já com pouca impulsão, nesse período já se destacava o crescimento do país através do cultivo de outros produtos, que vieram a ser pós cana-de-açúcar, dentre eles o algodão, que alimentou a Inglaterra na Revolução Industrial e o café que também era exportado para os ingleses no mesmo período.

### 3.4 O CICLO DO CAFÉ

No final do século XVIII e início do século XX o Brasil produzia café e exportava em pequenas quantidades. Do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, o café prevaleceu no Vale, através da província fluminense, por dois caminhos. O primeiro, o da “Serra Acima”, a chamada “Diretriz de Resende”, local das primeiras plantações e de onde, subindo e descendo o curso do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, alcançou, por um lado, as serras do então norte paulista e, por outro, as da velha província e parte da mata mineira. O segundo, a “Diretriz de São Gonçalo”, cobrindo a região litorânea até Campos dos Goitacazes onde, também subindo a serra, atingiu as regiões montanhosas de Cantagalo e Madalena. (FUCS, 2009).

A ocupação do solo com as plantações de café se deu de forma rápida e intensa, daí a expressão “avalanche cafeeira”. Isto se tornou particularmente possível com o crescente volume de café consumido no mundo, quando a característica de produto elegante, refinado e

de luxo cedeu espaço ao hábito de tomar café como estimulante. O hábito difundiu-se e a expansão do consumo foi viabilizada pelo persistente desenvolvimento dos mercados da Europa e, sobretudo, dos Estados Unidos, baseados em uma crescente classe operária (fruto da geração e da movimentação da riqueza proveniente da Revolução Industrial) que criou milhares de novos consumidores urbanos de café (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2012).

Para Santiago (2010) o aumento do consumo interno, com a vinda da Corte Portuguesa, estimulou maior plantio nas encostas das montanhas do Rio de Janeiro, logo se estendendo às elevações às margens do Rio Paraíba, onde o café encontrou condições favoráveis para sua cultura. A produção aumentou em escala crescente, passando o café a se destacar na pauta de exportações, a partir de 1832. A produção de café no Brasil cresceu 206%, entre 1820 e 1840.

O consumo internacional aumentou em grande escala e a produção brasileira atendeu plenamente a demanda. Assim sendo, mesmo quando o preço oscilava no mercado mundial, sua queda era compensada pelo aumento do volume de exportações, assegurando o nível de receita. A expansão cafeeira repercutiu em todos os setores a vida nacional. Enquanto a produção mundial de café triplicou, entre 1825-1850, a brasileira quintuplicou, marcando um novo ciclo de produção na economia do país, durante o qual o centro econômico e político deslocaram-se do Nordeste para o Sudeste e o Rio de Janeiro consolidou sua posição econômico-social como sede do Império. (SANTIAGO, 2010, p. 5).

Segundo Furtado (1998) ao longo dos cem anos de café no Vale, embora não haja unanimidade entre os historiadores, seria razoável dividir o ciclo em três períodos distintos. O primeiro — nascimento/crescimento — que iria de 1800 a 1840. O segundo, o apogeu, de 1840 a 1875 e, o terceiro, a partir daí até 1900, o de declínio/derrocada. Naturalmente, essas datas e períodos não são estanques e, mesmo nos anos do declínio, por conta de um grande esforço de expansão da área plantada, o Vale ainda continuou produzindo crescente quantidade de café, o que, paradoxalmente, pela falta de capital, apressou a derrocada final, como será visto adiante.

O ciclo do café ampliou o mercado nacional e trouxe consigo a modernização da economia, onde garantiu uma nova dinâmica econômica a partir da agricultura. Neste instante surgem algumas associações de trabalhadores juntamente com alguns sindicatos. Mas quem realmente se beneficiou com o ciclo do café foram os grandes produtores, os quais ganharam notório poder político, especialmente no período conhecido como República Velha.

Com a crise de 1929, onde ocorreu a queda da Bolsa de Nova Iorque a cultura de café no Brasil foi afetada, favorecendo a adoção de um modelo econômico centrado na substituição de importações e na intervenção estatal. Ocorreu queima de café em Santos, no Litoral de São Paulo, patrocinada pelo governo Vargas, no início dos anos 1930.

Fucs afirma que:

O café era queimado a mando do governo de Getúlio Vargas para tentar reduzir o impacto negativo da crise no Brasil, então responsável por 60% das vendas mundiais do produto. Vargas assumira o poder um ano antes, por meio de um movimento militar que se tornou conhecido como Revolução de 1930. A economia balançava. As exportações, que atingiram US\$ 445 milhões em 1929, caíram para US\$ 180 milhões em 1930. Segundo a Bolsa de Café de Santos, a cotação da saca no mercado internacional – 200 mil-réis em agosto de 1929 – caíra quase 90%, para 21 mil-réis, em janeiro de 1930. Nas fazendas cafeicultoras, concentradas no interior paulista e no Paraná, muitos resolveram seguir o mesmo caminho e queimaram o café colhido. (FUCS, 2009, p. 1).

Percebe-se que a questão econômica sempre esteve presente no desenvolvimento do Brasil. Segundo Prado Júnior (1978) não pode compreender a questão do desenvolvimento do Brasil separado da sua formação e dos aspectos gerais de sua história relacionados à industrialização, à questão do campo e do tipo de desenvolvimento do capitalismo.

Para Prado Júnior (1978) a questão do desenvolvimento – e do subdesenvolvimento – deve ser investigada a partir da história de cada país e de como cada qual se integra na economia mundial. A partir desta afirmação - da necessidade de ater-se às particularidades históricas de cada país para compreender o fenômeno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ou, de outra forma, da necessidade de compreender a história de cada país para, a partir dela, compreender a realidade e “orientar” o curso do seu desenvolvimento.

### 3.5 A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA ECONOMIA IMPERIAL

Como posteriormente será discutido o papel das lideranças políticas no município de Vitória da Conquista no período de 1870 a 1970, faz-se importante discutir o papel e a postura das lideranças políticas durante a economia colonial, no período antecedente ao que será estudado e levando-se em consideração a conjuntura política da colônia. O objetivo é estabelecer um nexos entre as lideranças da economia colonial e os líderes políticos locais, estudado no capítulo quatro, além de poder perceber as influências exercidas pelos líderes políticos coloniais sobre as lideranças políticas locais. Segundo Costa (2007, p.831):

É verdade que, até 1808, existia no Brasil e, sobretudo, na sede do governo geral (vice-reino) uma administração colonial relativamente aparelhada. Mas a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a instalação de sua sede na antiga colônia tornaram irreversível a constituição de um novo Estado nacional. Todo um aparato burocrático, transplantado de Lisboa ou formado aqui, em paralelo à antiga administração metropolitana, teve que ser montado para que a soberania se afirmasse, o Estado se constituísse e se projetasse sobre o território, e o governo pudesse tomar decisões, ditar políticas e agir.

Ainda seguindo a leitura de Costa (2007), sabe-se que foi a transferência da família real que criou condições para a emergência do espaço público e a formação da burguesia nacional, tornando impossível a restauração da situação colonial anterior e favorecendo a independência nacional. Foi à instalação da corte que transformou uma constelação caótica de

organismos superpostos em um aparelho de Estado, pois este, representado pela administração colonial era, ao mesmo tempo, um todo que abrangia o indivíduo em todos os aspectos e uma miríade de instâncias e jurisdições que iam do rei até o mais modesto servidor, cujas atribuições se superpunham, se confundiam e se contradiziam.

Já Prado Júnior (1978, p.299-300) adverte que:

Para compreendê-la, é preciso se desfazer de noções contemporâneas de Estado, esferas públicas e privada, níveis de governo e poderes distintos. A administração colonial, apesar da abrangência das suas atribuições e da profusão de cargos e instâncias, do ponto de vista funcional, pouco se diferencia internamente. Tratava-se de um cipoal de ordenamentos gerais, encargos, atribuições, circunscrições, disposições particulares e missões extraordinárias que não obedeciam a princípios uniformes de divisão de trabalho, simetria e hierarquia. O caos legislativo fazia surgir num lugar funções que não existiam em outros; competências a serem dadas a um servidor quando já pertenciam a terceiros; subordinações diretas que subvertiam a hierarquia e minavam a autoridade.

Segundo este autor no princípio, a administração colonial estava organizada em quatro níveis — as instituições metropolitanas, a administração central, a administração regional e a administração local. Essa estrutura tinha em seu topo o Conselho Ultramarino, subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Territórios Ultramarinos que se ocupava de todos os aspectos da vida das colônias, à exceção dos assuntos eclesiásticos, a cargo da Mesa de Consciência e Ordens.

Do ponto de vista da organização territorial, o Brasil estava dividido em capitanias, que eram as maiores unidades administrativas da colônia. O território delas era dividido em comarcas que, por sua vez, era composto por termos sediados nas cidades ou vilas. Os termos eram constituídos de freguesias que correspondiam às paróquias da circunscrição eclesiástica. Por último, as freguesias se dividiam em bairros, cuja jurisdição era imprecisa (PRADO JUNIOR, 1978, p.306).

Segundo Prado Júnior (1978) as capitanias hereditárias começaram a fracassar nas suas administrações no início da colonização, com isso a Coroa portuguesa assumiu diretamente o seu controle e centralizou todas as decisões para se ocupar das questões de defesa contra a colônia. Surge então o governo geral em 1549 na Bahia, o que muito mais tarde, já no Rio de Janeiro, viria a ser o vice-reino. O vice-rei tinha maior poder frente aos governantes.

Segundo Costa (2007) o chefe supremo da capitania era o governador ou capitão-general ou ainda capitão-mor. O governador do Rio de Janeiro também era chamado de vice-rei. Havia capitanias gerais e subalternas, sendo que os governadores das primeiras exerciam atribuições semelhantes às do vice-rei e havia mesmo alguns que reivindicavam esse tratamento.

Ainda conforme Costa (2007, p.8310):

A função de governador era, sobretudo, militar, mas sua autoridade superintendia toda a administração. Seu poder era grande, mas limitado por normas restritas dadas pelo

Conselho Ultramarino. Ademais, sua influência era contrabalançada pela autoridade das relações, entidades de natureza judiciária e administrativa das quais os governadores eram membros, entre outros, e dos demais órgãos setoriais como as intendências do ouro e dos diamantes e as mesas de inspeção. A administração militar estava dividida em tropa de linha, milícias e corpos de ordenança. A primeira era a tropa regular e profissional, formada por regimentos permanentemente armados. As milícias eram tropas auxiliares de cidadãos recrutados obrigatoriamente, sem remuneração, e organizadas em regimentos. As ordenanças constituíam a terceira linha, formada por toda a população masculina com idade entre 18 e 60 anos, não alistada na tropa regular ou nas milícias. A administração geral às vezes se confundia com a administração local. As câmaras exerciam funções legislativas, executivas e judiciárias.

A síntese histórica de Caio Prado Júnior, retomada por Wehling e Wehling (1999), aponta como principais características da administração colonial — a centralização, a ausência de diferenciação (de funções), o mimetismo, a profusão e minudência das normas, o formalismo e a morosidade. Essas disfunções decorrem, em grande medida, da transplantação para a colônia das instituições existentes na metrópole e do vazio de autoridade (e de obediência) no imenso território, constituindo um organismo autoritário, complexo, frágil e ineficaz.

Costa reforça a ideia acima:

A centralização de decisões na Coroa portuguesa, aparentemente, esvaziava o poder dos governadores e juizes. Tudo era prescrito em regulamentos circunstanciados e nada se excluía da alçada de competência de uma autoridade superior que poderia decidir em primeira instância ou em grau de recurso. Mas a enorme distância da sede do poder e a lentidão na troca de mensagens criavam um vazio de autoridade legal. Tentava-se limitar a ação dos prepostos da Coroa com a minudência dos regulamentos que eram repetitivos, superpostos, contraditórios e confusos. Como estatuíam instituições simétricas às da administração da metrópole, pecavam pelo artificialismo mimético que tornava as normas supérfluas e ineficazes. O formalismo das regras, o braço curto da autoridade e a corrupção generalizada ensejavam o autoritarismo daqueles que deviam se impor aos súditos entregues ao abandono, com os próprios meios que deles conseguissem extrair. (COSTA, 2007, p. 835).

Segundo Costa (2007) a transferência da corte e mais tarde a elevação do Brasil à parte integrante do Reino Unido de Portugal constituíram as bases do Estado nacional, com todo o aparato necessário à afirmação da soberania e ao funcionamento do autogoverno. A elevação à condição de corte de um império transcontinental fez da nova administração brasileira, agora devidamente aparelhada, a expressão do poder de um Estado nacional que jamais poderia voltar a constituir-se em mera subsidiária de uma metrópole de além-mar.

A sete de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a independência e instituiu o governo do Brasil, valendo-se do aparato da regência do Reino Unido que se partia. Não convém nos alongarmos aqui sobre as peripécias relacionadas com a constituição (política) do governo, o enfrentamento das resistências à independência, a convocação, instalação, atuação e dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824 (COSTA, 2007).

O mesmo autor destaca outra mudança constitucional importante, ocorrida em 1847, que foi a criação do cargo de presidente do conselho de ministros que, na prática significou a instituição do regime de gabinete, conferindo maior estabilidade ao governo imperial (COSTA, 2007).

A Proclamação da República não alterou profundamente as estruturas socioeconômicas do Brasil imperial. A riqueza nacional continuou concentrada na economia agrícola de exportação, baseada na monocultura e no latifúndio. O que se acentuou foi à transferência de seu centro dinâmico para a cafeicultura e a consequente mudança no polo dominante da política brasileira das antigas elites cariocas e nordestinas para os grandes cafeicultores paulistas (COSTA, 2007).

A República federalista, com estados politicamente autônomos, consagrou um novo pacto político que acomodava os interesses das elites econômicas do Centro-Sul e do resto do país. O governo federal ocupava-se de assegurar a defesa e a estabilidade e proteger os interesses da agricultura exportadora através do câmbio e da política de estoques, com reduzida interferência nos assuntos “internos” dos demais estados. Lá vicejavam os mandões locais, grandes proprietários de terra e senhores do voto de cabresto, e as grandes oligarquias, que controlavam as eleições e os governos estaduais e asseguravam as maiorias que apoiavam o governo federal. A política dos governadores garantia a alternância na presidência da República de representantes de São Paulo e Minas Gerais. (COSTA, 2007, p. 840).

Esse sistema, segundo o autor era marcado pela instabilidade dos governos estaduais passíveis de serem derrubados e substituídos em função da emergência de novas oligarquias.

A República Velha durou cerca de 40 anos. Aos poucos, foi se tornando disfuncional ao Brasil que se transformava pela diversificação da economia, pelo primeiro ciclo de industrialização, pela urbanização e pela organização política das camadas urbanas. Novos conflitos de interesse dentro dos setores dominantes, entre as classes sociais e entre as regiões punham em causa o pacto oligárquico, as eleições de bico de pena e a política do café-com-leite. (COSTA, 2007)

Segundo Costa (2007) a eleição do paulista Júlio Prestes para suceder o também paulista Washington Luís, derrotando o gaúcho Getúlio Vargas, desencadeou o rompimento do pacto com os mineiros e com as demais oligarquias estaduais, abrindo espaço para mais uma intervenção do Exército — a Revolução de 1930. Como é discutido pelo autor:

A chamada “Revolução de 1930” representou muito mais do que a tomada do poder por novos grupos oligárquicos, com o enfraquecimento das elites agrárias. Significou, na verdade, a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial. (COSTA, 2007, p. 841).

Com a República, segundo Prado Júnior (1978) ocorre o alargamento e a expansão das forças produtivas e o progresso material nacional. O problema da mão-de-obra foi resolvido com a abolição da escravatura e com a imigração europeia, porém a substituição da mão-de-obra prejudicará a grande propriedade, principalmente no norte e nordeste. A transição leva o

país a uma grande crise econômica. As falências bancárias levam as reformas de 1898 que beneficiam a entrada de capital financeiro estrangeiro no país. Esta alteração leva a prosperidade das lavouras de café, cacau e modernidade das pequenas propriedades. O capital acumulado por estes foi revertido, em parte, na implementação da indústria, principalmente em São Paulo. Para o autor:

A industrialização enfrentou obstáculos, tais como a carência de energia, falta de siderurgia e, principalmente, ausência de mercados consumidores, sem o qual não se pode produzir em larga escala. Se por um lado a indústria encontrou algumas dificuldades infraestruturais, por outro, encontrou facilidades, tais como, incentivo e incremento à produção de matérias-primas e o baixo custo da mão-de-obra, que neste momento tornara-se abundante. Outro fator importante ao desenvolvimento industrial brasileiro foi a Primeira Guerra Mundial que deu um grande impulso à indústria e à economia nacional. O imperialismo forneceu os elementos necessários para o desenvolvimento econômico do país, mas por outro lado, “foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa sua ação”. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 270).

A Segunda Guerra Mundial trouxe grandes transformações no cenário internacional. A indústria nacional não abasteceria somente o mercado interno, mas também o externo, principalmente América Latina, África do Sul e Estados Unidos da América, principalmente com tecidos. O equilíbrio econômico nacional dado pela guerra é circunstancial e passageiro, com o final da guerra a crise volta.

Dois anos depois do fim da guerra a balança comercial já era deficitária. Recorre-se novamente ao controle das importações. Porém, a situação só melhora com a valorização do café. O grande problema para o desenvolvimento econômico nacional, enquanto parte do sistema imperialista, era atuar sempre de acordo com os interesses dos trustes aqui instalados. (PRADO JÚNIOR, 1978)

Para o autor a crise gerada pelo final da Segunda Guerra Mundial forja as forças e os fatores renovadores que desvendam largas perspectivas, para a reestruturação da economia brasileira a fim de apressar o processo de transformação, realizando a reforma estrutural necessária à economia brasileira.

O capitalismo representou uma ruptura nas antigas estruturas colônias, pois o capital industrial não possui a mesma lógica do capital comercial, foram necessárias várias alterações na estrutura econômica nacional. Em primeiro lugar a reestruturação teve que partir da alteração da mão-de-obra, como a viabilização e criação de um proletariado, o que inviabilizava a existência do trabalho servil, problema que é parcialmente resolvido com a abolição e com as imigrações europeias. Em segundo lugar, existe a necessidade de mercados consumidores, problema que foi resolvido, em parte, com a quebra dos monopólios comerciais e com a restrição das importações. Estas alterações atingiram diretamente as antigas aristocracias que viram seu poder econômico reduzido, por isso tornaram-se opositores do novo sistema. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 180).

Portanto, segundo Prado Júnior (1978) o Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que

se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território.

### 3.6 LIDERANÇA E PODER: ASPECTOS CONCEITUAIS

Antes de adentrarmos diretamente no exposto abaixo, é importante ressaltar que não foi encontrado material de pesquisa ligado à discussão da liderança e do poder sob a ótica do coronelismo, por esse motivo optou-se por abordar o tema de forma genérica a fim de nortear o debate de ideias no decorrer da presente pesquisa.

#### 3.6.1 Liderança

A liderança compreende o processo de conduzir os esforços das pessoas em direção ao alcance dos objetivos desejados. Chiavenato (2010, p.446) afirma que:

A liderança é um processo-chave em toda organização e tem sido uma preocupação constante tanto das organizações que dela necessitam, como também de teóricos e pesquisadores. Os líderes causam um profundo impacto na vida das pessoas e das organizações.

A atuação do líder pode ser capaz de conduzir as pessoas da organização a alcançarem objetivos, levando a organização ao sucesso. Além de influenciar o comportamento dentro de organizações, também podem impactar a vida das pessoas. Na história humana, destacaram-se muitos nomes por seu potencial de liderar, como Adolf Hitler, Nelson Mandela e o melhor exemplo de todos, Jesus Cristo.

A liderança, dessa forma, tem um grande potencial para direcionar o comportamento das pessoas, podendo levá-las a agir conforme se espera, canalizando esforços em prol de objetivos comuns.

Seguindo essa linha de raciocínio Maximiano (2008, p.194) analisa que:

Liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas. Proximidade física ou temporal não é importante no processo. Um cientista pode ser influenciado por um colega de profissão que nunca viu ou mesmo que viveu em outra época. Líderes religiosos são capazes de influenciar adeptos que estão muito longe e que têm pouquíssima chance de vê-los pessoalmente.

Assim, a proximidade física entre líder e liderado não é uma exigência, pois uma pessoa pode ser influenciada mesmo a distância, por alguém de outra época ou que nunca terá chances de ver pessoalmente.

A liderança envolve, portanto, a capacidade de influenciar, de conduzir o comportamento das pessoas, de conquistar comprometimento. A liderança, diante dessas características pode ocorrer em qualquer contexto, não estando sua aplicação restrita ao ambiente organizacional.

Souza (2010) entende que liderança é um conceito misterioso e ilusório. O que vemos como sendo história é, na realidade, a criação de mitos. De uma pessoa comum, a sociedade cria um Napoleão ou um Gandhi, um Martin Luther King ou uma Joana D'Arc, alguém que adquire o status de ser capaz de moldar o destino. Dessa maneira, pode-se afirmar que uma pessoa está liderando quando ela está coordenando os esforços de um grupo para alcançar um objetivo comum. Por exemplo, um gerente de projeto pode liderar sua equipe de projeto objetivando a construção de uma ponte utilizando o mínimo de recursos, mas que atenda aos requisitos do projeto, incluindo o *design* e a segurança.

Já Ohmae (2006, p.265) afirma que não há um modelo universal de liderança eficaz para ele:

O papel do chefe de estado difere de um país para outro. Isso frequentemente é uma função da História. Em alguns países, como nos Estados Unidos, o chefe de estado realmente é o chefe, o CEO. Em outros, o chefe de estado constitucional é apenas um testa de ferro que assina as leis que vão entrar em vigor, não fazendo muito mais do que isso.

Dessa forma, um Estado pode ser governado por um executivo, alguém que realmente está gerenciando os recursos do Estado, procurando estabelecer uma liderança sólida e duradoura, que busque direcionar o comportamento dos seus liderados.

Continua Ohmae (2006, p. 266) afirmando que “o papel do chefe de governo não é verdadeiramente ativo: não é de alguém que faz muitas coisas, mas de um catalisar, garantindo que aconteça essa interação suave das regiões com o resto do mundo”

Ou seja, o chefe de estado deve ser capaz de canalizar os esforços, as atuações das pessoas, visando estabelecer um ambiente propício tanto para o crescimento como para o desenvolvimento econômico.

### **3.6.2 Poder**

Chiavenato (2010) explica que a autoridade compreende no direito formal e legítimo de tomar decisões, dar ordens e alocar recursos para alcançar os objetivos pretendidos pela

organização. A autoridade é formalmente estabelecida pela organização através do poder legitimado, ou seja, é um poder autorizado e conferido pela organização, formalmente definido. A cadeia de comando reflete a hierarquia de autoridade que existe na organização.

São características da autoridade:

- a) A autoridade é decorrente de uma posição organizacional, e não de pessoas. Os gestores possuem autoridade em função da posição ocupada, e os que têm posição semelhante devem ter a mesma autoridade. Assim, se alguém de determinada posição for substituído, o novo ocupante terá a mesma autoridade;
- b) A autoridade deve ser aceita pelos subordinados. Embora a autoridade flua do topo para a base da hierarquia, os subordinados a aceitam porque acreditam que os administradores têm o direito legítimo de dar ordens. A teoria da aceitação da autoridade argumenta que um gestor tem autoridade somente quando os subordinados decidem aceitar o seu comando. Se os subordinados se recusam a obedecer porque a ordem está fora de sua competência, a autoridade perde seu efeito. Por isso, é importante que haja a aceitação da autoridade.
- c) A autoridade flui abaixo pela hierarquia vertical. As posições do topo da hierarquia são investidas com mais autoridade formal do que as posições abaixo delas. Em um Estado, por exemplo, o Presidente da República tem maior autoridade do que um ministro de estado.

A autoridade funcional, segundo Lacombe e Heilborn (2003) compreende a autoridade confiada a determinada pessoa para, no âmbito de uma empresa, ou grupo de empresas, estabelecer critérios e normas que dizem respeito a um grupo específico de atividades, basicamente homogêneas, cujo grupamento é denominado função.

Assim, a autoridade dentro de uma organização envolve a capacidade e o direito para emitir ordens, envolvendo atividades ou operações a serem executadas por outras pessoas.

Segundo Chiavenato (2010), o poder compreende o potencial de influência de uma pessoa sobre outra ou outras, que pode ou não ser exercido. Em uma organização, o poder compreende a capacidade de afetar e controlar as ações e decisões das outras pessoas, mesmo quando elas possam resistir. A autoridade, como visto anteriormente, compreende o poder legítimo.

Um presidente da república possui poder maior que um ministro de Estado, devido a posição que ocupa e não por suas características pessoais ou estilo de liderança. É um conceito importante, pois relaciona-se diretamente com a capacidade de influenciar, persuadir

e motivar os liderados. O poder pode ser importante para direcionar o comportamento das pessoas, conduzindo-os na direção dos objetivos pretendidos.

Tanto o poder quanto a liderança são características presente no modo de vida do coronelismo brasileiro, como podemos observar a seguir no item 3.7.

### 3.7 O CORONELISMO NO BRASIL: ASCENSÃO E QUEDA

Antes de abordar o coronelismo e seu desenvolvimento no Brasil, faz-se necessário esclarecer o que vem a ser um coronel. Segundo Farhat (1996), o coronel era a denominação conferida, durante a velha República (antes de 1930), a toda pessoa investida de algum poder político, principalmente os chefes políticos do interior brasileiro. O termo coronel originou-se da patente de coronel da Guarda Nacional, que podia ser obtida por aqueles que gozavam de suficiente prestígio político e/ou dos meios materiais necessários a pagar o respectivo preço. Possuir a patente de coronel era símbolo e sinal de liderança, de uma pessoa influente na sociedade. Assim, os chefes políticos, mesmo que não fossem titulares da patente, eram chamados de coronéis.

De acordo com Lustosa (2007), desde a Monarquia, a Guarda Nacional concedia patentes de coronel e major honoríficas a quem por elas mais pagasse. Assim, os coronéis do interior dominavam a política local, determinando quem seria eleito ou não, conduzindo as eleições como desejassem, garantindo a conservação do poder por meio dos seus jagunços.

Os jagunços eram grupos de homens armados que viviam em torno da casa da fazenda. Esse sistema, onde o coronel fazia as leis e determinava os castigos condenava os homens pobres que vivam no interior a depender e obedecer ao coronel. Os que se revoltavam contra o sistema e as regras pagavam um preço alto.

Carvalho (1998) explica que o coronelismo consiste em um sistema político composto por uma complexa rede de relações que se estende desde o coronel até o presidente da República, estabelecendo compromissos para todos os envolvidos. O coronelismo surgiu na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político consiste no federalismo, implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com poderes consideravelmente amplos: o governador de Estado. Ora, o poder do governador era bem mais extenso que o do presidente de província, que, durante o Império, não tinha poder próprio e podia ser removido a qualquer momento. Já o governador, era o chefe da política estadual.

As imensas desigualdades sociais e as dimensões territoriais do Brasil favoreceram o desenvolvimento do coronelismo. Assim, as pessoas com maiores recursos aproveitavam o esquecimento por parte do governo, que tinha dificuldade em controlar e fiscalizar um país tão grande, para criar uma estrutura de dominação, aumentando seus poderes e riquezas.

Carvalho (1998) esclarece que o coronelismo no Brasil se desenvolveu durante a Primeira República (1889-1930), sendo fruto da alteração realizada na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e compreendia o fortalecimento do poder estatal antes que o predomínio do coronel.

Nesse contexto, o coronelismo pode ser considerado como um sistema político nacional, fundamentado em negociações realizadas entre o Estado e os coronéis. O governo garante aos coronéis poder sobre seus dependentes e seus rivais, conferindo-lhes a capacidade para controlar os cargos públicos, desde o delegado de polícia até os professores. O coronel retribui o poder que recebe ao governo, principalmente na forma de votos.

Leal (1976) entende que o coronelismo consiste em uma espécie de compromisso, uma troca de favores, de benefícios, realizada entre o Estado, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, que eram os grandes possuidores de terras. Assim, a estrutura agrária forma a base de sustentação do poder.

Ora, a existência de grandes desigualdades, com poucas pessoas possuindo imensas propriedades rurais, era fundamental para que o coronelismo pudesse se manifestar. Como as desigualdades tendiam a serem maiores no interior do Brasil, foi nessas localidades que o coronelismo encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento.

Muitas pessoas dependiam das terras dos coronéis para sobreviver. Assim, os coronéis tinham uma grande influência sobre essas pessoas, as quais enfrentavam grandes dificuldades para sobreviver, pois tinham que obedecer às vontades dos coronéis.

Mota (1999) diz que o coronel funciona como elo entre o poder estadual e os eleitores, os quais se situavam principalmente no campo e, por isso, estavam sob a influência dos chefes locais.

Ou seja, grande parte do eleitorado vivia no campo, dependendo das propriedades rurais dos coronéis. Logo, os coronéis tinham grande influência sob a maior parte do eleitorado. Assim, para obter votos, os governantes deviam instruir os coronéis sobre o destino desejado para as eleições.

Nesse sentido, Mota (1999) afirma que cabia aos coronéis, em função do acordo firmado com as autoridades superiores, levar para as urnas os dependentes de sua propriedade

e dos demais fazendeiros sobre os quais dispunha de ascendência para a eleição dos candidatos apoiados pelo governo. Surge, dessa forma, a expressão “voto de cabresto”.

Assim, os coronéis tinham a missão de fazer com que os eleitores sob sua faixa de influência votassem nos candidatos apontados pelo governo. Ou seja, de certa forma, os eleitores eram coagidos a votar nos candidatos determinados, não podendo exercer sua liberdade para escolher seus candidatos.

Lopes e Mota (2008) apontam que a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, o coronelismo começou a perder força, pois foram adotadas medidas visando reduzir os poderes regionais e eliminar o federalismo. Com a industrialização, aumentou-se a população das cidades e o poder de influência dos coronéis foi ficando reduzido.

Diante do exposto, pode-se concluir que o coronelismo foi a forma encontrada pelos grandes proprietários rurais e pelos governantes para controlar os interiores do país. Com a troca de favores com os coronéis, o Estado podia continuar sua dominação.

De certa forma, é possível encontrar resquícios do coronelismo no Brasil atual, pois muitos eleitores ainda votam sob a influência da classe dominante, confirmando nas urnas as pretensões dos mais influentes. A partir deste ponto, trabalharemos com o conceito de coronelismo discutindo às lideranças políticas.

## 4 PAPEL DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PAPEL DAS LIDERANÇAS LOCAIS

### 4.1 CONQUISTA JÓIA DO SERTÃO BAIANO

Conforme pode ser visto a seguir na Figura 4, o município de Vitória da Conquista localiza-se na região sudoeste da Bahia, distante 509 km de Salvador, possui uma área de 3.743 km<sup>2</sup> e abriga uma população de 306.374 habitantes (IBGE/2011).



**Figura 4** - Localização de Vitória da Conquista no Estado da Bahia, (IBGE, 2011).

O seu clima tropical de altitude, devido a altitude da cidade, com média de 923 m acima do nível do mar, nas escadarias da Igreja Matriz, podendo atingir mais de 1.100 m nos bairros mais altos. É uma das cidades com o clima mais ameno das regiões Norte e Nordeste do país, registrando temperaturas inferiores a 10 °C em alguns dias do ano. Limita-se com os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé e Ribeirão do Largo (CEI, 1994).

### 4.2 ENTENDENDO A ECONOMIA DO MUNICÍPIO: UMA VIAGEM NO TEMPO

O município de Vitória da Conquista tem a sua história econômica iniciada com o processo de ocupação e conquista de territórios interioranos do Brasil colônia através da atuação dos bandeirantes a partir do século XVI.

Conhecidos como bandeirantes, foi um desses portugueses, o João da Silva Guimarães, por ordens do rei de Portugal, D. João VI, que saindo de Minas Gerais com o objetivo de descobrir pedras preciosas e novas minas de ouro. João da Silva Guimarães travou inúmeras batalhas com os índios Pataxós e Ymborés chegando ao atual município de Vitória da Conquista, onde em companhia de seu genro, João Gonçalves da Costa travou intensa batalha com os Kamacãs ou Mongoiós, Ymborés e Pataxós até matar e expulsar os poucos que restaram tomando assim posse da terra (SOUZA, 1998).

Nesse aspecto Brito (2002) relaciona o surgimento do município em um contexto maior, conforme abaixo:

Devido ao esgotamento das minas de ouro e conseqüente crise da mineração em Minas Gerais, foi necessário buscar alternativas, e uma das formas encontradas para enfrentar a crise foi a ocupação de novas áreas e, em especial, o sertão. Nesse contexto, e que vai surgir, no final do século XVIII, o arraial da Conquista, atual cidade de Vitória da Conquista. (BRITO 2002, p. 95).

Ainda segundo Brito (2002) o Arraial da Conquista foi fundado em 1783 pelo sertanista português João Gonçalves da Costa, nascido em Chaves em 1720, no Alto Tâmega, na região de Trás-os-Montes (Portugal) que aos dezesseis anos de idade veio para o Brasil a serviço de D. José I, Rei de Portugal, com a missão de conquistar as terras ao oeste da costa da Bahia.

No século XVIII Vitória da Conquista não tinha esse nome nem era cidade; ela e toda região eram denominadas “Sertão da Ressaca”, assim chamada, segundo o professor Mozart Tanajura, porque o rio Ressaca espalhava suas águas sobre o sertão, imitando o fenômeno marinho (TANAJURA, 1992 *apud* BRITO, 2002).

Outra versão para a designação é a do pesquisador Ruy Medeiros que diz ser a toponímia originada do antigo significado da palavra ressaca ou ressaco que correspondia a “funda baía de mato baixo circundada por serra”. Essa denominação prevaleceu até depois de 1780 quando surgiu o Arraial da Conquista (MEDEIROS, *apud* BRITO, 2002).

O crescimento econômico de Vitória da Conquista é marcado pelas ações dos coronéis que durante as primeiras décadas do século XX fizeram diversas tentativas para melhorar a estrutura de desenvolvimento do município, como a busca pela abertura de estradas e a ferrovia.

De acordo matéria publicada no jornal Diário do Sudoeste (1998) a administração política de Vitória da Conquista foi marcada pela força dos coronéis. Os primeiros tinham o título de intendentess e governaram durante o período de 1840 a 1930, pegando parte do Brasil Império e do Brasil República. Assim como na formação de diversas cidades brasileiras, o

processo de ocupação territorial do município de Vitória da Conquista teve como pano de fundo o ciclo econômico destacando o ouro em decorrência das políticas mercantilistas desenvolvidas na Europa que passou a ser mais interessante do que o açúcar que era o principal produto de exportação da época (BRITO, 2002).

A exploração das minas auríferas passou a compor o cenário econômico da colônia substituindo o próprio açúcar que nas palavras de Prado Júnior (1989) durante séculos foi o nervo econômico da colônia e sua própria razão de ser. Segundo Souza (1998) a cidade de Vitória da Conquista iniciou a sua evolução econômica com a implantação das atividades agrícolas e pecuaristas ainda na época que foi fundado o Arraial da Conquista por volta de 1817, cuja consolidação se deu a partir do povoamento e consequente construção de casas rudimentares, compostas de paredes de barro e cobertas com folhas de palmeira, planta que naquela ocasião era abundante na região.

A Figura 5 mostra a Igreja Matriz, que foi construída por João Gonçalves da Costa no período de consolidação do povoamento.



**Figura 5** - Primeira Igreja Matriz construída por João Gonçalves da Costa e demolida em 1930, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO)

Um dos pontos comerciais relatados pelos historiadores é referente a uma casa, localizada num lugar chamado Barra da Vereda, distante cerca de 60km de onde hoje está localizado o município de Vitória da Conquista, que vendia cereais, tecidos, arma de fogo, munições, ferragens e remédios. Para ter acesso a esta casa, os bandeirantes abriram uma estrada rudimentar ligando o Arraia da Conquista à Barra da Vereda.

De acordo Viana (1980) lá eles compraram as sementes de cereais para a primeira plantação e também as mudas de cana-de-açúcar. Segundo Tanajura (1992) o comércio primitivo de Vitória da Conquista, na época da Imperial Vila da Conquista, por volta de 1888, era de tímida expressão econômica.

Segundo Viana (1980) existiam vendas como as que conhecemos hoje, local onde eram feitos os negócios entre os lavradores, os tropeiros e os caixeiros viajantes que supriam as necessidades dos moradores da Vila. Entre os produtos estavam às carnes secas e derivados do leite. Estas vendas ou lojas eram feitas na parte da frente da própria residência do comerciante.



**Figura 6** - Tropeiros que faziam o transporte de mercadorias entre Conquista e Jequié, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, [1925?])

A Figura 6 mostra os tropeiros e demonstra como se dava o transporte de mercadorias entre Vitória da Conquista e a estrada de ferro de Nazaré. Os produtos comercializados faziam o percurso pela estrada de ferro que saía de Salvador para Nazaré e daí para Cachoeira até Jequié onde eram entregue aos tropeiros que seguiam para Conquista.

Os coronéis conquistenses buscavam apoio e tomaram medidas para agregar investimentos em infraestrutura a fim de superar esse entrave logístico do trecho compreendido entre os municípios de Vitória da Conquista e Jequié, com o objetivo de facilitar o escoamento de mercadorias entre essas duas cidades e consequentemente aumentar os seus negócios, porém a consequência disso seria certamente o desenvolvimento da economia de Vitória da Conquista.

A Figura 7 abaixo mostra a construção da estação de trem de Jequié na década de 1920, o que demonstra o avanço da cidade de Jequié frente ao município de Vitória da Conquista nessa época.



**Figura 7** - Construção da estação de trem em Jequié, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, [1920?]).

Como Vitória da Conquista não tinha uma forma de ligação eficiente a Jequié, e consequentemente com a capital do estado, seja por meio de uma estrada de ferro ou de rodagem, como se referiam na época às rodovias, essa situação se revelou como o principal obstáculo ao desenvolvimento da região conquistense nesse período.

Vale lembrar que nesse período Vitória da Conquista tinha um aspecto predominantemente rural, e o primeiro automóvel só chegou em território Conquistense no ano de 1926 (VIANA 1980). Isso nos dá uma noção da estagnação econômica vivida pelo município se comparado a municípios vizinhos na mesma época.

Nessa situação Vitória da Conquista estava fadada ao isolamento econômico, e todas as oportunidades de desenvolvimento destinadas ao interior, se concentravam em Jequié, pois era o ponto final da estrada de ferro, e lugar de troca de mercadorias entre a capital e toda a região. Entre as décadas de 1920 e 1930, o comércio de Jequié se destacava em relação a outras cidades do interior baiano, consequentemente a sua população e seu desenvolvimento econômico e social também. Era evidente o atraso no desenvolvimento de Vitória da Conquista neste período se comparado a outras cidades da Região Sudoeste. Como podemos observar nas Figuras 8 e 9 a seguir.



**Figura 8** - Praça de Jequié, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1920).



**Figura 9** - Praça Ruy Barbosa em Jequié, (FOLGUEIRA, 1928).

A logística e a política foi um entrave ao desenvolvimento econômico de Conquista que resistiu de forma severa por no mínimo 40 anos, de 1888 até 1928, onde aconteceu o momento singular dos líderes políticos da época em Vitória da Conquista. Onde, conforme Menezes (2010), após a negativa do então governador do estado, o Sr. Francisco Marques de Góes Calmon, que presidiu a Bahia entre os anos de 1924 a 1928, reuniram-se 10 coronéis e com recursos próprios fundaram a Companhia Rodoviária Conquistense, dando início a construção da estrada de rodagem ligando os municípios de Vitória da Conquista à Jequié. Uma iniciativa que foge dos padrões do coronelismo brasileiro na época e que será discutida com mais detalhes na sessão 4.3.

Conforme pode ser observado na Figura 10, vemos a construção da estrada de rodagem de Vitória da Conquista ao município de Poções e posteriormente à Jequié, atualmente BR 116.



**Figura 10** - Construção da estrada de rodagem Conquista - Jequié, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1926).

### 4.3 O PAPEL DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS NOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE

Segundo Menezes (2010) os coronéis conquistenses, que eram as lideranças políticas da época da formação da nossa cidade não foram apenas os fundadores de Vitória da Conquista, eles foram também responsáveis pelo surgimento e formação da religião, educação, cultura, agropecuária, saúde, política partidária, indústria, vida social ativa e comércio.

Nesse mesmo, contexto a lavoura local também se desenvolveu e rapidamente o Arraial da Conquista contava com uma boa produção de gêneros alimentícios e derivados da cana como rapadura, açúcar mascavo e aguardente, obtido da fermentação do caldo da cana em alambiques feitos de barro. Os derivados da cana-de-açúcar foram, juntamente com os produtos derivados do gado, um dos primeiros produtos de exportação da economia conquistense. Viana (1980, p.258) aborda que:

Jacinto Ribeiro foi o introdutor, na terra conquistense, do engenho movido à “roda d’água”, situado na fazenda Jeribá, que depois pertenceu a seu neto coronel Terêncio Nunes Baiense, que fabricava rapadura, açúcar e cachaça em larga escala, para exportação.

Segundo Menezes (2010) a pecuária foi a primeira atividade e uma das mais importantes para o Município, desde os tempos coloniais. Essa atividade foi quem fixou os conquistadores nesta área. Por volta de 1808, o Sr. João Gonçalves da Costa, posteriormente contemplado com a patente de Coronel Honorário, e seus filhos dão início à criação comercial de gado, implantando em suas terras as primeiras grandes fazendas da região. Vitória da Conquista vivia assim "civilização do couro".

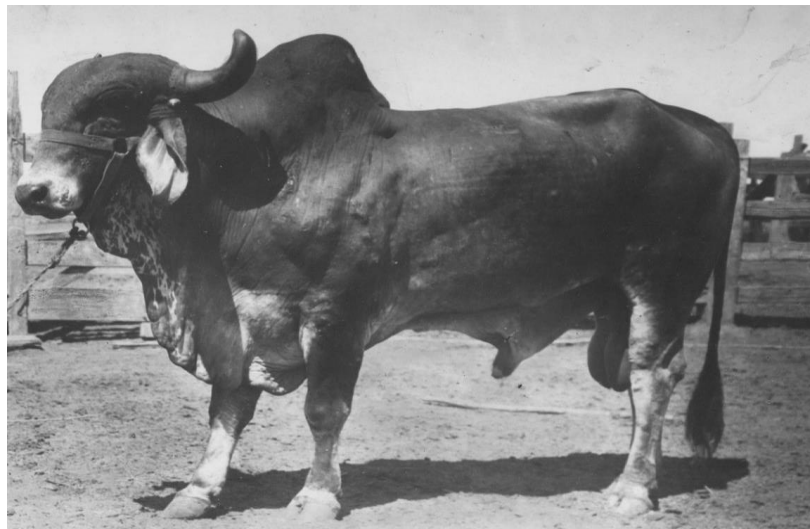
Ainda segundo Menezes (2010) à medida que o Arraial da Conquista se expandia, os moradores foram ocupando as fazendas e iniciaram, também, a atividade com a criação de

gado, sendo que as primeiras cabeças, sem raça definida, foram trazidas por João Gonçalves da Costa da região do Rio São Francisco, conforme relato abaixo:

O gado se adaptou tão bem ao clima da região conquistense que logo se tornou sua maior riqueza. Mas, talvez a falta de uma logística adequada para o cuidado, grande parte desse gado se tornava selvagem ao se embrenhar nas matas. João Gonçalves da Costa chegava a pagar caro pelas cabeças que eram capturadas (VIANA 1980, p. 56).

Segundo Viana (1980) somente no início do século passado, por volta de 1909, foi que o gado bovino de Vitória da Conquista começou a obter o seu melhoramento. Inicialmente, foi introduzido o gado de raça zebu comprado em Alagoinhas.

O mesmo autor afirma que foi comprado apenas um boi desta raça pelo fazendeiro Coronel Marcelino Gusmão Mendes. Em 1910, outro touro zebu foi comprado pelo fazendeiro Coronel Pedro Ferraz no município de Fortaleza, atual Pedra azul no estado de Minas Gerais, comprado por uma fortuna na época, 500 mil réis; como mil réis equivale a aproximadamente 130 reais nos dias atuais ou a um grama do ouro em janeiro de 2013, pode-se entender que o touro zebu foi comprado pelo valor atual de aproximadamente 65 mil reais. A partir de 1918 houve a introdução de outras raças potentes como Indiana, Nelore e Guzerat que foram trazidas para a região pelo coronel Theopompo de Almeida, que dá nome ao atual parque de exposições.



**Figura 11** - Pecuária em Vitória da Conquista, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1930).

A Figura 11 mostra um dos animais que eram comercializados na pecuária de Vitória da Conquista na década de 1930. Segundo Viana (1980) a pecuária representou para este município uma riqueza enorme, possibilitando o crescimento da cidade e o aparecimento de um modo de vida próprio, controlado pelos coronéis.

O município abastecia grande parte do estado, pois

Os Coronéis conquistenses tinham o maior criatório de bovino do Estado, conforme publicação do "Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia", em 1930, com 114.200 cabeças, abastecendo de carne bovina não somente o mercado interno, mas grande parte do Estado da Bahia. E também foi na época grande exportadora de couro que teve grande auge econômico, pois representava a matéria básica para a fabricação de utensílios como malas, baús, roupa para vaqueiro, bainhas de facas e facões, bornais e arreios, entre outros. E logo tomou lugar de destaque na economia do Estado da Bahia (VIANA, 1980, p. 67).

Os avanços na pecuária foram proporcionados, em sua grande parte, pelos Coronéis conquistenses, entre eles podemos citar: Marcelino Gusmão Mendes, Pedro Ferraz, Virgílio Mendes e Theopompo de Almeida, este último foi um dos grandes criadores e comerciantes de gado da região. O coronel Theopompo, incentivando a pecuária local, buscou promover a primeira exposição agropecuária de Vitória da Conquista em 1933. Antes, porém, o coronel Tertuliano Gusmão Sales, irmão de Gerson Gusmão Sales, já fazia exposições de gado em sua fazenda, e foi o coronel Tertuliano, Nozinho Sales, como era conhecido, quem doou o terreno para construção do parque de exposição agropecuária, que recebeu o nome de Parque de Exposição Theopompo de Almeida, em homenagem óbvia (VIANA, 1980).

Nesta época, segundo Viana (1980) apesar de ter a economia em destaque, o município não contava com uma logística que favorecesse o seu desenvolvimento, pois faltavam meios de transportes eficientes e vias para a distribuição. As únicas estradas eram os caminhos por onde trafegavam as tropas. O gado prosperava cada vez mais, mas tinha o grande problema de escoamento da produção para os centros consumidores.

Sendo assim, a enorme produção pecuária tinha comercialização limitada por não dispor de uma logística que permitisse a sua dispersão geográfica. As dificuldades com transporte eram tão grandes que se levavam quatro dias de Vitória da Conquista a Jequié, caso fosse a cavalo e caso a viagem fosse feita de automóvel levava dezenove horas em média.

Nesse contexto de logística ineficiente e entrave ao desenvolvimento econômico do município, os coronéis, como líderes políticos em Vitória da Conquista, lutavam para ter um acesso que permitisse o deslocamento até Jequié, sem maiores transtornos e em menor tempo, por meio de veículos automotores, ampliando com isso as vias comerciais consequentemente, pois teriam assim acesso a capital do estado Salvador.

Após ter o pedido de construção de uma estrada de rodagem negado pelo então governador Francisco Marques de Góes Calmon, o coronel Zeferino Correia de Melo, junto com os coronéis José Maximiliano Fernandes, Ascendino dos Santos Melo, Marcelino Aguiar e mais seis cidadãos de destaque na sociedade conquistense, com recursos particulares, fundaram a Companhia Rodoviária Conquistense e tomaram a iniciativa de financiar a

construção do trecho Conquista/Poções da estrada de rodagem que iria até Jequié, que de acordo matéria do jornal Diário do Sudoeste (1998, p.5), foi inaugurada em julho de 1927, e alguns anos mais tarde a Companhia Rodoviária Conquistense concluiu as obras da estrada.

Como pode ser discutido por Viana:

A ideia para construção de uma estrada de rodagem ligando esta à cidade de Jequié, foi constante nos meios políticos, econômicos e sociais de Conquista desde o ano de 1921.(...) Os senhores Ascendino Melo, Intendente Municipal, Zeferino Correia de Melo, Mário de Andrade Coimbra e Virgílio Ferraz de Oliveira foram os entusiastas da ideia e muito se empenharam no sentido de torna-la realidade dentro de pouco tempo (VIANA, 1980, p. 186).

Conforme pode ser observado nas Figuras 12 e 13 a seguir, onde temos o recorte do jornal "A Semana" da época, datado de 16 de julho de 1927, e uma cópia do jornal diário do Sudoeste de 1998. Que são encontrados no museu regional Henriqueta Prates em Vitória da Conquista, e que relatam sobre o fato.



Figura 12 - Jornal "A Semana", (ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL HENRIQUETA PRATES, 1927).

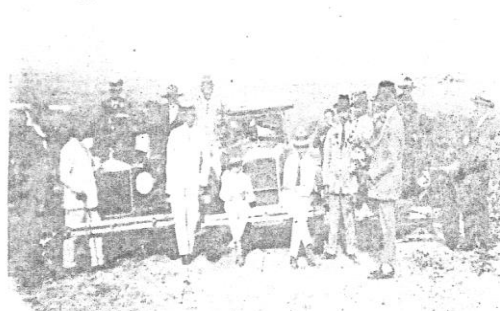
## Do isolamento dos primeiros tempos à Rio-Bahia, que corta a cidade ao meio

As primeiras estradas que ligaram a região de Conquista a outras regiões começaram a ser abertas lá por volta de 1725, quando chegou por estas bandas o desbravador João da Silva Guimarães. Nessa época é que começaram as primeiras aberturas que deram origem à estrada que liga Conquista a Ilhéus. Depois dessa foram abertas as estradas que ligavam Conquista ao interior do Estado e também a que ligava o município ao norte de Minas Gerais, na zona do Vale do Rio Jequitinhonha, a Estrada Real. Essa ficou conhecida como Estrada de Minas.

Até meados do século XX, transitava por essas estradas apenas veículo de tração animal, por isso mesmo Conquista era um povoado isolado. Os primeiros melhoramentos realizados na estrada que liga Conquista a Ilhéus foram realizados em 1817. A primeira parte das melhorias durou um ano e foram gastos 5 mil réis. O frei Luiz de Greve, que comandou as obras, pediu ao Governo da Província da Bahia mais 10 mil réis para concluir as obras.

Ainda assim, até o ano de 1927, o acesso a Conquista era feito apenas por velhas estradas ou aberturas comumente usadas por tropas ou transporte de boiadas. Um grupo de influentes coronéis queria a construção de uma estrada de rodagem que ligasse Conquista a Jequié. O coronel Zeferino Correia era amigo e correligionário do então governador da Bahia, o doutor Francisco Marques de Góes Calmon. Dirigindo-se à capital do Estado, o coronel Zeferino levou a ideia da estrada a Góes Calmon e, dele, recebeu a seguinte e desanimadora resposta: "Conquista precisa é de estrada para boiadas e estas já existem".

Os conquistenses não desanimaram, antes disso levaram à frente a ideia da construção da



Inauguração em 1926 do trecho Conquista-Poções, da estrada que ligaria Conquista a Jequié. Na foto aparecem o coronel Zeferino Correia e o engenheiro da obra, Sifredo Pedral Sampaio

estrada que ligasse Conquista a Jequié. Os mais entusiastas, o coronel José Maximiliano Fernandes, o coronel Zeferino Correia de Melo e o coronel Ascendino dos Santos Melo e o coronel Marcelino Aguiar, tiveram a ideia de fundar uma companhia que construísse a tão desejada rodovia. E assim o fizeram, em 01 de junho de 1926 fundaram a Companhia Rodoviária Conquistense com um capital de 200 contos de réis, constituída de 10 sócios, cada um entrando com 20 contos de réis. Os 10 sócios eram os quatro coronéis já citados e mais Dona Antônia Fernandes dos Santos Silva, João Wenceslau dos Santos Silva, Cassiano Fernandes dos Santos Silva, Belizário Ferraz de Oliveira, Virgílio Ferraz de Oliveira e João Fernandes de Oliveira Santos. Ao final de 6 meses de trabalho, a Companhia já havia gasto pouco mais de 93 contos de réis, dos quais 20 contos tinham sido pagos ao engenheiro civil Sifredo Pedral Sampaio (pai do ex-prefeito José Pedral Sampaio), pelos serviços de reconhecimento, locação e nivelamento da ro-

ovia. Em julho de 1927, era festivamente inaugurado o trecho Conquista-Poções da estrada de rodagem que ia até Jequié. Alguns anos mais tarde, a Companhia Rodoviária Conquistense concluiu as obras da estrada até a cidade de Jequié. O prédio onde estava instalada a Companhia ficava na Praça Sá Barreto (hoje, é onde funciona a Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio, cujo delegado é o delegado Wilson Feltosa). Existia ali uma corrente, indicando aos usuários que para tralegarem pela rodovia necessitariam pagar pedágio. O primeiro correnteiro foi Manoel Caiçara, o segundo foi o seu genro, de nome João Pereira dos Santos, que ficou conhecido como João da Corrente. Até hoje, alguns conhecem aquela rua como Rua da Corrente. A Companhia Rodoviária teve o seu final na época da construção da Rio-Bahia, encampada que foi pelo Estado da Bahia, quando era governador Otávio Mangabeira.

Ainda em 1927, era intenso o comércio de gado que saía de Conquista para a Vila de Cacho-

eira (hoje Itabuna) e para a cidade de São Jorge dos Ilhéus. Aos poucos iam se resolvendo os maiores problemas dessa região do semi-árido baiano, o dos transportes e da comunicação, até que o Interventor Federal da Bahia, Landulfo Alves, construiu a primeira rodovia ligando Conquista a Itabuna. Cerca de 200 quilômetros de estrada de chão, pela qual se levava quase um dia inteiro para percorrer de uma ponta a outra. Essa rodovia só veio a ser asfaltada no final da década de 70.

A primeira BR surgiu em Conquista a partir de 1950, com a abertura do trecho da Rio-Bahia, que ia atravessar o município. A rodovia só veio a ser inaugurada em 1963. Mas tudo tem início ainda em 1939, no governo de Getúlio Vargas, quando o então Ministro da Viação, João Marques dos Reis, resolve construir uma estrada de rodagem que ligasse o Rio de Janeiro, capital do Brasil, até a Bahia (daí o nome Rio-Bahia). O

início das obras de construção da BR-116, a Rio-Bahia, começou mesmo no governo de Getúlio Vargas. No governo do general Eurico Gaspar Dutra foi concluída a abertura. O asfalto só veio no governo de Juscelino Kubitschek e teve o seu término no governo de João Goulart, que inaugurou, em 1963. O governador da Bahia era Lomanto Júnior e o prefeito de Conquista era engenheiro civil José Pedro Sampaio. A partir daí, com inauguração da Rio-Bahia, Conquista rumou de vez para o progresso e sofreu transformações profundas no seu modo de vida com a chegada ou passagem por aqui de pessoas de várias partes do País.

Hoje, pode-se dizer que Vitória da Conquista é muito beneficiada por estradas. Além da Rio-Bahia, o município está interligado com a Região Sul do Estado pela rodovia Conquista Ilhéus, com o Oeste pela rodovia Conquista-Brunado e ainda com a região da mata pela rodovia Conquista/Barra do Choço



Coronel Zeferino Correia de Melo e esposa



Figura 13 - Jornal Diário do Sudoeste - Edição Especial Conquista 158, (ARQUIVO DO MUSEU REGIONAL HENRIQUETA PRATES, 1998).

Segundo Viana (1980), a imprensa local deu sua cooperação começando uma campanha sobre o assunto, tendo publicado vários artigos concitando os homens de representação a levarem avante a empreitada que só benefícios traria a esta região, depois de realizada. Naquele ano (1926) governava o estado o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon de quem o Coronel Zeferino Correia era sincero correligionário político e amigo particular.

Ainda segundo Viana:

O Coronel Zeferino foi a Salvador levar ao Governador a ideia da construção da estrada de rodagem Conquista-Jequié e para a sua concretização apelava para o Governo do Estado, solicitando ajuda. Em resposta, ouviu do grande baiano que governava a Bahia estas palavras que causaram decepção ao correligionário político e amigo: — "Conquista precisa

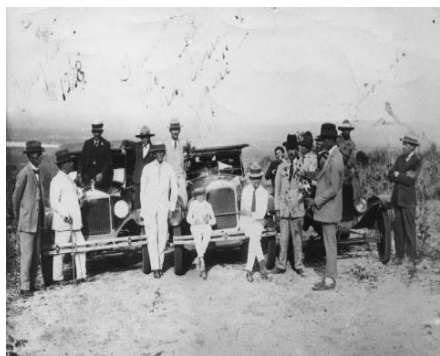
é de estradas para boiadas e estas já existem”...Mas, os denodados conquistenses, não recuaram, não desanimaram, levaram o caso a capricho e construíram a rodovia e o progresso penetrou nesta terra para não mais sofrer interrupção, como se observa nesta queria cidade em 1982 (VIANA, 1980, p. 89).

Nessa época existiam três estradas de rodagem funcionando em condições precárias: a rodovia que ligava Vitória da Conquista a Itabuna construída a pedido do interventor federal Landolfo Alves e que veio a ser asfaltada no governo de Roberto Santos entre 1975 e 1979; a rodovia que ligava Vitória da Conquista a Montes Claros em Minas Gerais e a que ligava Vitória da Conquista a Jequié que dispunha de uma estrada de ferro que fazia a ligação com a região metropolitana (VIANA, 1980).

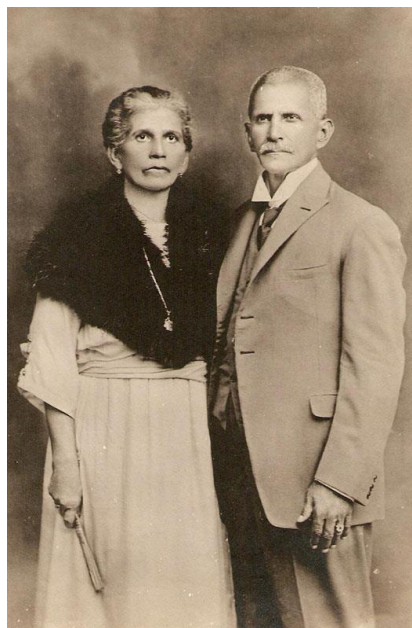
Segundo este autor esta rodovia que ligava Vitória da Conquista a Jequié seria um trecho do que veio a ser posteriormente a Rio-Bahia que conhecemos hoje. A sua saída se dava pelo logradouro conhecido até hoje como rua da Corrente, assim conhecida pela grossa corrente colocada entre dois mourões para impedir o acesso a rodagem a quem negasse o pagamento do pedágio que era cobrado na época, sendo essa cobrança de pedágio outro pioneirismo dos coronéis.

Com a abertura destas estradas a Ford trouxe para a região uma companhia de automóveis, incluindo caminhões, que se denominava “A Bandeira Ford”, cujos precursores são considerados nas palavras de Viana (1980) como os bandeirantes modernos. Isso proporcionou uma nova dinâmica para logística da época em Vitória da Conquista e tornou as relações comerciais muito mais rápidas e eficientes, assim como também as trocas de informações, uma vez que nesse momento histórico as correspondências eram o principal meio de comunicação individual e passaram a serem transportadas nos veículos motorizados por meio das estradas de rodagem e não mais nos lombos dos animais como antes.

A Figura 14, a seguir, mostra a inauguração em 1927 do trecho Vitória da Conquista – Poções, da estrada que futuramente ligaria Vitória da Conquista a Jequié. Na foto aparecem o coronel Zeferino Correia (em pé ao lado da criança) e o engenheiro da obra, o Sr. Sifredo Pedral Sampaio (em pé ao lado do homem sentado), pai do também engenheiro e prefeito de Vitória da Conquista em três oportunidades o Sr. José Pedral Sampaio.



**Figura 14** - Inauguração do trecho Vitória da Conquista Poções, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1927).



**Figura 15** - Coronel Zeferino Correa e sua esposa, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, s.d.).

A Figura 15 acima mostra o Coronel Zeferino Correia, que foi uma das maiores figuras da história na região. Agiota, fazendeiro e grande capitalista de seu tempo era um líder político de comprovado prestígio, sem, no entanto, nunca ter aspirado posições de mando. Trouxe os primeiros automóveis de Vitória da Conquista, pois era fascinado por estas máquinas.

Menezes (2010) revela também que foi iniciativa do coronelismo a construção do aeroporto de Vitória da Conquista, inaugurado em 1º de setembro de 1939, na época um “campo de aviação”, sendo ainda o mesmo usado até hoje, sofrendo apenas pequenas reformas. E foi nesse campo de pouso ainda rudimentar que aconteceu o primeiro pouso de uma aeronave em terras conquistenses. A Figura 16 logo a seguir, nos mostra a fotografia que documentou esse fato tão marcante para a história de Vitória da Conquista em 1939.



**Figura 16** - Primeiro avião a pousar em Vitória da Conquista, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1939).

Com esses acontecimentos o município começa o seu processo de saída do isolamento econômico, pois também em 1939 o então ministro da viação, João Marques dos Reis, resolveu construir uma estrada de rodagem que ligava o Rio de Janeiro, que era a capital do país, à Bahia.

Referente à construção dessa estrada, existe um ponto que devemos destacar; em 1939 (a conhecida Rio-Bahia), esteve ameaçada de não atravessar o trecho de Vitória da Conquista e, sim, cortar por Montes Claros (MG) e sertão baiano adentro (em torno de 180 quilômetros de distância da cidade de Vitória da Conquista). Mas, graças ao empenho do engenheiro Sifredo Pedral Sampaio (pai de José Pedral Sampaio, como já relatado neste trabalho) e que na época trabalhava no Departamento de Estradas e Rodagens, inviabilizou a passagem da estrada pela cidade mineira e indicou como mais viável o corte por Vitória da Conquista, sendo mais um homem público, e diretamente ligado aos líderes políticos do passado de nossa cidade, que influenciou diretamente na história econômica deste município (VIANA, 1980).

Se tal fato não acontecesse naqueles anos 1930, certamente o comércio de Conquista não seria o que fora logo nas décadas seguintes: um comércio que atraía, nos anos 1940, gente de todo o Nordeste do País e que vendia produtos para toda a região do norte de Minas Gerais e sertão baiano, nos anos 1950 e 1960. Isso tudo alavancou a cidade de Vitória da Conquista para tornar-se centro regional nas décadas posteriores: 1970, 1980 e 1990. A inauguração da BR 116, passando por Conquista, ocorreu em 1963 no Governo de João Goulart (VIANA, 1980).

De acordo Viana (1980, p.530)

A falta de facilidade de transporte ocasiona um preço muito baixo do gado, pelo que os fazendeiros conservam-se estacionários, deixando a reprodução unicamente confinada à lei da natureza, sem cuidarem para adquirir boas sementes para cruzar e aperfeiçoar a raça, deixando em comum viver e cruzar tanto a boa com a má criação; isto quando a necessidade de apurarem dinheiro não os obriga ao prejudicialíssimo erro de reunirem a flor do gado, ficando com o refugo para semente, conforme presenciemos. Depois de duas ou três dessas escolhas, não admira a decadência de uma fazenda, por melhores que sejam os pastos.

No início do século XX, com a abertura das rodagens já era possível fazer o transporte nas carrocerias dos caminhões. Isso já implicava no ganho de tempo, importante fator para o crescimento econômico. E esse fato, sozinho, já credita aos Coronéis uma colaboração imensurável no que se refere ao desenvolvimento comercial de Vitória da Conquista. Além das vendas, o comércio dispunha das feiras livres que funcionavam periodicamente.

Conforme pode ser visto na Figura 17, Tanajura (1992) relata que a primeira feira livre era estruturada na mesma praça onde se encontravam as casas comerciais.



**Figura 17** - Primeira feira livre onde hoje é a atual praça Tancredo Neves, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1920).

Ainda segundo Tanajura (1992) somente em 1938 que a feira foi transferida para a atual Lauro de Freitas que na época da Imperial Vila da Vitória se chamava avenida Municipal, lugar que trouxe muitos prejuízos para os comerciantes devido ao desconforto causado pelas fortes enxurradas que destruía arrancava e carregava os mantimentos ali comercializados.

A seguir a Figura 18 mostra a feira livre municipal ainda na atual Avenida Lauro de Freitas em 1941.



**Figura 18** - Feira livre da Av. Lauro de Freitas, (TABERNA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1942).

Posteriormente a feira livre foi deslocada para a atual praça da Bandeira, onde ainda existe até hoje o mercado municipal de artesanato. Em 1971, a demanda por um lugar maior levou a construção do mercadão, assim denominado pelo povo por causa da quantidade de pontos que abrange. E finalmente na década de 1990 foi construído a CEASA, como podemos ver a seguir na Figura 19.



**Figura 19** - Atual CEASA de Vitória da Conquista, (SILVA, 2011).

A CEASA é onde se comercializa grande quantidade de gêneros alimentícios, que são produzidos no município e que chegam de várias localidades do país. O sistema logístico que o município possui, uma espécie de entreposto comercial, com estradas que dão acesso a vários pontos do país de norte a sul e de leste a oeste, também colaboram para o desenvolvimento desse negócio (TANAJURA, 1992).

Com a intensificação do comércio conquistense, segundo Menezes (2010) outro empreendimento que dependeu da reivindicação dos coronéis foi à implantação de uma

agência bancária em Conquista. A insistência e o poder econômico do Coronel Zeferino Correia de Melo fizeram com que o governador Góes Calmon (o mesmo que negou a construção da estrada de rodagem Conquista-Jequié) instalasse a agência do Banco Econômico da Bahia em 10 de março de 1930, o que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do comércio da região. Logo depois sendo instalada a Caixa Econômica Federal em 1936, o Banco do Brasil em 1942, entre outros.



**Figura 20** - Segunda agência da Caixa Econômica Federal de Vitória da Conquista, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO, 1936).

A Figura 20 nos mostra inauguração da segunda agência da Caixa Econômica Federal em Vitória da Conquista, em 1936, o que veio a dar ainda mais suporte ao comércio local, que começava a provar das benesses da ampliação do volume de negociações entre os comerciantes locais e os das cidades vizinhas e da capital do estado.

Segundo Viana (1980) a inauguração da Caixa Econômica representou um incentivo significativo para a economia conquistense, pois foi o auxílio que as classes produtoras precisavam para dar novos rumos a sua produção. Tanto que passaram a existir três fábricas de manteiga: Manteiga Oriente, Manteiga Elza e Manteiga Calita. Além de uma indústria de beneficiamento do leite, cuja produção apropriada levou a produzir para exportação queijos, manteigas e doces.

Para Tanajura (1992) o grande passo da economia de Vitória da Conquista se deu a partir da década de 1940 quando o município galgou a categoria de grande entreposto comercial. Em 1940, com cerca de 30 mil habitantes, tornou-se, em pouco tempo, um centro de redistribuição de bens de consumo, alcança a área do São Francisco, Norte de Minas Gerais e o extremo Sul da Bahia. Graças à abertura das estradas Leste/Oeste entre Ilhéus e Bom Jesus da Lapa e Norte/Sul, entre Rio de Janeiro e Bahia.

Neste ano de 1940, a estrada que ligava os municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus, ainda não tinha pavimentação.

Segundo Viana (1980) com a renovação do modal de transportes ocorrendo em todo o país, numa transição “natural” do modelo ferroviário para o modelo rodoviário, Vitória da Conquista se tornou, praticamente, "O Portão de Entrada para o Nordeste Brasileiro", ligando-se a Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo pela BR-116 e a Ilhéus pela BR 415 e BA 262, onde atingi, num percurso de 275 Km, o Porto de Malhado, e encontrando-se também com Brumado, em uma distância de 144 Km alcançando a linha ferroviária da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), que ao contrário da estrada de ferro Nazaré, ainda encontra-se ativa.

Esse fato, segundo Viana (1980), transformou a cidade num entreposto e redistribuidor comercial, levando ao aumento da arrecadação tributária que contribuiu para o surgimento, na década de 1972, do Distrito Industrial dos Imborés que mesmo instalado num espaço precário para o funcionamento de indústrias por causa do descarte de lixos industriais, atraiu para Conquista fábricas como a Coca-Cola a qual possui somente duas unidades instaladas na Bahia.

A seguir a Figura 21 nos revela o Centro Industrial dos Imborés em 1980, quase uma década depois do seu surgimento, ainda sem muitas empresas.



**Figura 21** - Centro industrial dos Imborés, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1980).

Mesmo com tudo isso tendo acontecido no cenário econômico de Vitória da Conquista, a pecuária, atividade predominante durante o período de formação do município acima citado, não diminuiu o seu ritmo e na sua evolução econômica, o município chegou a construir na década de 1980 uma indústria de laticínios, denominada Laticínio Vitória da Conquista S.A (LAVISA) que nas palavras de Viana (1980) tinha um capital de Cr\$ 73.000.000,00 (aproximadamente 27 mil reais) cujo movimento comercial chegou a atingir a

soma de Cr\$ 106.113.962,17 (convertendo em reais essa quantia seria de 385 mil). Entre outras fábricas de laticínios, como podemos ver a seguir na Figura 22.



**Figura 22** - Fábrica de queijos, requeijão e doces, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1930).

Já no contexto educacional, em 1905 Conquista recebeu a sua primeira professora, Lydia Souza Dantas, formada em Salvador, e que lecionou em Vitória da Conquista por 36 anos, retornando a capital em 1941. A primeira pedagoga conquistense foi à professora Maria Leal Cabral Menezes, filha do padre José Muniz Cabral Leal de Menezes. Maria Leal também estudou e se formou em Salvador, dedicando-se, após formada, quase que por toda a sua vida, à educação conquistense, falecendo em 18 de junho de 1973 aos 91 anos de idade. (MENEZES, 2010).

Segundo Menezes (2010) quem de fato impulsionou a educação em Vitória da Conquista foi o padre Luís Soares Palmeira, que foi convencido em 1939 pelos coronéis conquistenses a transferir o seu ginásio, da cidade de Caetitê para Vitória da Conquista.

O padre acreditou no futuro da cidade e, no ano seguinte (1940), já estava com a sua equipe fazendo funcionar o Ginásio de Conquista no prédio construído pelo intendente, o Coronel (ainda assim chamado, mesmo após a queda da patente por volta dos anos 30) Ascendino Correia de Melo com a colaboração de alguns outros Coronéis. A Figura 23 logo a seguir nos mostra o Padre José Luis Soares Palmeira, carinhosamente chamado pelos amigos e colegas por Padre Palmeira.



**Figura 23** - Padre José Luiz Soares Palmeira, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1939).

Os descendentes dos coronéis conquistenses, que puderam atuar como lideranças políticas, também colaboraram no que diz respeito a educação. Menezes (2010) relata que o Instituto de Educação Euclides Dantas (Escola Normal), nos anos 1950, teve uma importância educacional, cultural e social, para Conquista, proporcional a importância que hoje é a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O IEED foi inaugurado em 1951 na gestão do então prefeito, o Coronel Gérson Gusmão Sales (Gérson Sales).

Outro exemplo segundo Menezes (2010) foi o Colégio Batista Conquistense, fundado em 1964, com uma metodologia nova de ensino que logo o credenciou como um dos melhores colégios do estado da Bahia, que foi responsável por um relevante número de estudantes do interior aprovados nos vestibulares da capital. Dos 17 alunos inscritos nos vestibulares da capital em 1970, 16 foram aprovados. O autor ainda nos relata que o Colégio Batista Conquistense foi construído pelos evangélicos desta cidade, com ajuda financeira das famílias Coronelistas: Sales, Gusmão e Figueira.

No contexto religioso, a cidade também foi bastante impulsionada com a colaboração dos Coronéis, é bom lembrar sempre que as intenções e motivações que levaram a tal investimento não são o foco do nosso estudo, porém a dedicação dessas lideranças políticas no que diz respeito à religião foi de fato relevante.

O catolicismo foi oficializado em Vitória da Conquista no dia 15 de agosto de 1809, quando foi realizada a primeira missa na Primeira Igreja Católica, e que na época era uma

capela que estava em processo de conclusão e que foi custeada pelo Coronel João Gonçalves da Costa (MENEZES, 2010).



**Figura 25** - Primeira igreja católica (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1932).



**Figura 24** - Igreja católica nos dias atuais, (SANTOS, 2011).

As Figuras 24 e 25 mostram a Catedral da Igreja Católica de Conquista que foi inaugurada em 1938, em substituição a primeira igreja custeada pelo Coronel João Gonçalves de Costa, como relatado no parágrafo anterior.

Em 21 de março de 1957, teve início a construção do Convento de Nossa Senhora de Fátima, futuro Seminário Seráfico da Província da Bahia.

As Figuras 26 e 27 mostram respectivamente a construção do seminário na década de 1950 e seu atual estágio, o Seminário está situado na Avenida Brumado no Bairro Brasil.



**Figura 26** - Seminário na década 50 (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1950).



**Figura 27** - Seminário nos dias atuais, (CAPUCHINHOS, s.d.).

Os Frades Capuchinhos abriram a primeira Escola no Bairro, localizado no lado oeste da cidade, aproveitando o galpão ao lado da igreja que servira de depósito para o material de construção, e que passou a abrigar cento e cinquenta alunos do ensino primário. Surgia, assim, a Escola Centro de Assistência Social Nossa Senhora das Vitórias, nascente do Colégio Paulo VI. O nome da Escola foi colocado, obviamente, em homenagem à excelsa Padroeira.

Já as Figuras 28 e 29 nos mostram respectivamente a construção da 1ª Igreja Batista de Vitória da Conquista em 1958 e a mesma nos dias atuais. O primeiro culto evangélico foi realizado na fazenda de Tertuliano da Silva Gusmão, avô de Gerson Gusmão Sales (Gerson Sales), em 1905, realizado pelo pastor Antônio Teófilo Queiroz. A primeira igreja Evangélica surgiu em Vitória da Conquista através dos Coronéis da família Gusmão, a sua construção foi iniciativa de Melânea Gusmão Sales com o patrocínio de seu pai Tertuliano Gusmão e de outros evangélicos (MENEZES, 2010).



**Figura 28** - Primeira Igreja Batista (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, 1958)



**Figura 29** - Primeira Igreja Batista nos dias atuais, (TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO, s.d.)

Segundo Menezes (2010), o atual templo da Primeira Igreja Batista de Conquista foi construída com a participação e o sacrifício de toda a comunidade evangélica e contou com o apoio dos Coronéis evangélicos. Na época, em 1960, foi considerado como um dos mais suntuosos Templos Evangélicos da América Latina.

Também se deve aos Coronéis o surgimento da Doutrina Espírita. A primeira sessão Espírita em Vitória da Conquista, foi relatada na matéria do Diário do Sudoeste de 09 de novembro de 1998, aconteceu em 1906, na fazenda do Coronel Ernesto Dantas.

Esse mesmo acontecimento também é relatado por Menezes (2010, p.45).

Numa noite de quinta-feira, do ano de 1906 o Coronel Ernesto Dantas e sua filha Dulcina realizaram a primeira sessão Espírita em Conquista. O encontro aconteceu na Fazenda Jequitibá, de propriedade do Coronel Ernesto, e contou com a presença de Alziro Prates,

Joana Angélica (Esposa do Coronel Gugé) e o Coronel Francisco Soares de Andrade, conhecido como Coronel Chicão que era médium.

Atualmente o Espiritismo é uma doutrina muito fortalecida na cidade, atuando em diversos setores da sociedade e contribuindo de forma relevante para a diminuição dos sintomas do processo da exclusão social.

Não encontramos registros do início das práticas religiosas de descendência africana, como por exemplo o Candomblé, em Vitória da Conquista, mas sabe-se que o terreiro mais famoso da cidade até os dias atuais pertenceu ao pai-de-santo conhecido como Zé Pequeno e que ele contava com a proteção de vários Coronéis.

Com relação a questão política apesar de termos tido em Vitória da Conquista as figuras ilustres de D<sup>a</sup> Henriqueta Prates, D<sup>a</sup> Laudicéia Gusmão e D<sup>a</sup> Olívia Flores, de fato nunca tivemos uma mulher na liderança política local. Todos os intendentes ou prefeitos foram homens, e de alguma maneira ligados ao Coronelismo, ou sendo o próprio Líder o Coronel, ou sendo o líder o seu apadrinhado político ou parente.

Menezes (2010) aborda que em relação as agremiações políticas, assim se denominava os partidos políticos no passado, em Vitória da Conquista, desde o ano de 1840, quando houve a primeira divisão política na cidade, até 1966 quando ocorreu a fundação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), foram os Coronéis os seus fundadores.

Todos os intendentes e prefeitos que governaram Vitória da Conquista cumpriram sua função administrativa, uns mais, outros menos. O importante é que todas as lideranças políticas do passado, de algum modo, contribuíram para que a cidade pudesse ter, atualmente, a capacidade de sustentar o desenvolvimento proposto pela atual conjuntura econômica nacional. E através de um governo com quase nem uma ligação com o Coronelismo, realizar essa proposta desenvolvimentista, aproveitando o bom momento da economia, ainda com maior eficiência governamental (MENEZES, 2010).

Para o autor, as lideranças políticas conquistenses, em especial os Coronéis, muito fizeram pela cultura, esporte e lazer, pois em suas épocas, assim como não puderam contar com a ajuda financeira do governo do Estado para melhorias na infraestrutura, também não obtiveram apoio financeiro para realização de eventos voltados para a cultura, esporte e lazer.

Em 1918, o Coronel Maneca Moreira inaugurou o seu cinema com o nome de Cine Iris, o primeiro cinema de fato da cidade, com prédio sede e cadeiras confortáveis, isso porque os únicos dois cinemas improvisados anteriormente, pelos senhores Jacinto Sampaio e

Ubirajara Coelho, respectivamente, eram rudimentares, com projeção manual e nem cadeiras tinham, e os espectadores levavam o seu próprio assento.

Nesse mesmo prédio construído pelo Coronel Maneca Moreira, onde funcionou o Cine Ires, também funcionou o Teatro Castro Alves e, posteriormente, a Rádio Clube de Conquista. Segundo Menezes (2010), um prédio suntuoso para os padrões daquela época. Em matéria publicada no Diário do Sudoeste, edição especial de 9 de novembro de 1998, há o relato de que o primeiro cinema falado de Conquista também funcionou nesse mesmo prédio, com o nome de Cine Ritz.

Nos esportes, o primeiro campo de futebol propriamente dito, foi construído pelo Dr. Régis Pacheco, genro do Coronel João Santos, e foi inaugurado em 14 de novembro de 1940, dias depois da comemoração do centenário da Imperial Vila da Vitória.

Menezes (2010) aborda que no início da década de 1950, o Sr. Marcelo Mendes construiu uma quadra de Tênis em terreno de sua propriedade, onde várias competições regionais foram realizadas. Marcelo era sobrinho do Coronel Deraldo Mendes, estudou engenharia nos Estados Unidos, onde conheceu o esporte.

Em 1950, o prefeito Gérson Gusmão Sales, que ainda tinha o reconhecimento de Coronel pela sociedade conquistense e era popularmente conhecido como Coronel Gérson Sales, iniciou a construção do estádio Edvaldo Flores, que recebeu esse nome por ter tido as suas obras concluídas no governo do prefeito homônimo (MENEZES, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o município de Vitória da Conquista vem se destacado por seu crescimento econômico. Atualmente possui o terceiro maior PIB da Bahia, excetuando as cidades da região metropolitana de Salvador como: Camaçari e Dias Dávila, e está entre as cidades baianas mais desenvolvidas. Contudo, o objetivo da presente investigação foi de discutir o papel das lideranças políticas locais nesse processo de desenvolvimento abordando o período de 1900 a 1930.

O trabalho procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual a importância das lideranças políticas no desenvolvimento econômico do município de Vitória da Conquista (BA) entre os anos de 1900 e 1930?

No período estudado observamos a participação dos líderes políticos locais, nesse caso os coronéis, que tomaram atitudes de extrema importância no desenvolvimento de Vitória da Conquista e região, posto que foram estes os pioneiros da primeira atividade comercial, da então Arraial da Conquista, e uma das mais importantes para o município desde os tempos coloniais, a pecuária. Essa atividade foi quem fixou os conquistadores nesta área e impulsionou o surgimento das primeiras grandes fazendas da região, dando início assim à "civilização do couro" e possibilitando que o Arraial da Conquista viesse a ser então a Vila da Victoria.

Além das primeiras cabeças de gado, sem raça definida, trazidas pelo coronel João Gonçalves da Costa da região do Rio São Francisco, a raça zebu foi trazida em 1909 pelo coronel Marcelino Gusmão Mendes e outras raças consideradas melhores como: Indiana, Nelore e Guzarat que foram trazidas para a região pelo coronel Theopompo de Almeida em 1918, o que contribuiu para o fortalecimento do comércio de gado na região, permitindo com que o município de Vitória da Conquista se tornasse referência em bovinos no período, chegando a ser o maior produtor/fornecedor desse produto para todo o estado da Bahia. Vale lembrar que nesse momento histórico, muitos utensílios domésticos, materiais de trabalho, vestimentas de vaqueiros, objetos da lida com animais, e alimentos derivados do leite e a própria carne, todos proviam do gado.

Outra contribuição importante dos coronéis conquistenses foi construção da estrada de rodagem que ligou os municípios de Vitória da Conquista, Poções e Jequié, com recursos próprios, pois não obtiveram sucesso na solicitação ao governo do estado, na época presidido pelo Sr. Francisco Marques de Góes Calmon. Nesta época o município de Jequié era o mais desenvolvido da Região Sudoeste, e tinha o final de linha da estrada de ferro Nazaré, que

ligava o município de São Roque (que ficava próximo à baía de todos os Santos em Salvador) aos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa, São Miguel das Matas, Jaguaquara, terminando no município de Jequié, o que proporcionava e este último a concentração das trocas de mercadorias de toda a Região Sudoeste, ou seja, toda mercadoria comercializada entre à capital do estado e o sudoeste baiano, teria obrigatoriamente que passar pela estrada de ferro Nazaré, chegar no município de Jequié e daí partir para o seu destino final em lombo de animais através dos tropeiros, o que era um sério entrave aos negócios do município de Vitória da Conquista e região.

Por isso, a construção dessa estrada de rodagem foi de fundamental importância, pois proporcionou ao município de Vitória da Conquista uma solução ao entrave logístico que representava a falta de um acesso sem maiores dificuldade ao município de Jequié, permitindo à Região Sudoeste sair do isolamento econômico em que se encontrava na época, dinamizando as suas relações comerciais com o restante do estado Bahia. Situação essa ainda mais reforçada com a mudança do modal de transportes da época, que foi deixando gradativamente de ser ferroviário para ser cada vez mais rodoviário, assim, a referida estrada de rodagem, negada pelo governo do estado e construída pelos coronéis conquistense com recursos próprios, pôde ser aproveitada posteriormente para a construção da atual BR 116, o que colaborou ainda mais para o desenvolvimento do município de Vitória da Conquista, pois esta se tornou ponto de passagem para os imigrantes que saíam de várias partes do Nordeste em direção a cidade de São Paulo, onde muitos durante esse trajeto acabaram se fixando em Vitória da Conquista.

As lideranças políticas do município de Vitória da Conquista na época, os coronéis, contribuíram também de forma singular na educação. Um dos maiores colaboradores no desenvolvimento da educação do município de Vitória da Conquista foi o padre e educador José Luís Soares Palmeira, que lecionava no município de Caetitê e era referencia na Bahia.

Assim os coronéis conquistenses convenceram ao Padre Palmeira, como era carinhosamente chamado, a se transferir para o município de Vitória da Conquista e estabelecer ali o seu “Ginásio”, a fim de contribuir na formação educacional dos futuros membros da sociedade conquistense. E assim aconteceu, o Padre Palmeira transferiu o seu “Ginásio” para o município, onde funcionou num prédio totalmente custeado pelo coronel Ascendino Correia de Melo com a colaboração de alguns outros Coronéis conquistenses. Esse fato contribuiu de forma relevante para desenvolvimento educacional do município de Vitória da Conquista.

A colaboração dos coronéis conquistenses no contexto religioso foi de fato muito importante. As principais religiões presentes na sociedade conquistense na época sofreram influencia direta dos coronéis em seu desenvolvimento. Na religião católica os coronéis financiaram a construção dos dois primeiros e principais templos até os dias atuais. Na religião protestante, na época a Igreja Batista, também teve os seu dois primeiros templos construídos com a contribuição dos coronéis protestantes. No espiritismo a colaboração dos coronéis foi um pouco diferente, porém não menos importante, as primeiras reuniões aconteceram na propriedade do coronel Ernesto Dantas, onde o mesmo e a sua filha dirigiram a primeira sessão espírita do município de Vitória da Conquista. A religião afro-brasileira, apesar da falta de registro histórico, também contava na época com a proteção de alguns coronéis conquistenses, além da colaboração financeira, o que também acontecia em todas as outras religiões citadas acima.

Os coronéis não foram simplesmente os fundadores do município de Vitória da Conquista, e não somente lutaram pelo seu desenvolvimento, eles foram também os principais responsáveis pelo surgimento da vida social ativa, agremiações esportivas, cinemas, política partidária e do comércio local.

Com isso podemos perceber o quão importante foi a influência das lideranças políticas, em especial dos coronéis, para a cidade de Vitória da Conquista, e o quanto foi diferenciada as atitudes dos coronéis conquistenses, em comparação aos padrões do coronelismo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº23, 2001, pp. 261-286. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>. Acesso em: 15 de set. 2011.
- BADARÓ, Murilo Prado. **Os Ciclos Econômicos e a Crise Atual**. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/os-ciclos-economicos-e-a-crise-atual/10996/>. Acesso em: 15 de set. 2011.
- BRAGA, Nilton F. **Síntese da economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- BRITO, Maria Inês Meira Santos. **Das Lendas á História: A busca da identidade de um povo**. Tese de mestrado. UnB. Brasília. 2002.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CAPUCHINHOS. Bahia e Sergipe. [s.d.]. Disponível em: <http://www.capuchinhosbase.org.br/index.php/nossas-casas/66-seminario-nossa-senhora-de-fatima-vitoria-da-conquista-ba.html>. Acesso em: 25 de mai. 2013.
- CARVALHO, J. M. de. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI). Informações básicas dos municípios baianos: recôncavo sul. Salvador, 1994. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110). Acesso em: 15 de set. 2011.
- CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de administração pública: 200 anos de reformas**. Rio de Janeiro. 2007.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Escravos manuseando engenho de cana de açúcar no Brasil. Obra de arte. [entre 1820 e 1830]. Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/\\_Wftvh3FYXHA/SgQUOhDuyfI/AAAAAAAAAf4/JrxgiaSyn-E/s400/Debret-engenho.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_Wftvh3FYXHA/SgQUOhDuyfI/AAAAAAAAAf4/JrxgiaSyn-E/s400/Debret-engenho.jpg). Acesso em: 25 de mai. 2013.
- DIÁRIO DO SUDOESTE DA BAHIA. **Diretor do SEI fala sobre desenvolvimento econômico do município**. 2012. Disponível em: <http://www.dsvc.com.br/2012/sudoeste/diretor-do-sei-fala-sobre-o-desenvolvimento-economico-do-municipio> >. Acesso em: 01 set. de 2012.
- FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Um presente especial: Vitória da Conquista quero te conhecer**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, v. 2., 2007, pp. 96.

FOLGUEIRA, Manoel Rodrigues. Praça Ruy Barbosa, Jequié. 1928. Fotografia. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/pagae/6/>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

FUCS, José. História do Café e a Industrialização. **Revista Época**. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI20415-15227-1,00-DO+CAFE+A+INDUSTRIALIZACAO.html>. Acesso em: 25 de set. 2012.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **Síntese da Economia Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1998.

GORDON, R. J. **Macroeconomia**. São Paulo: Bookman, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diretoria de Pesquisas**. Síntese de indicadores sociais 2011. n. 21, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. Localização de Vitória da Conquista no Estado da Bahia. Imagem. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Brasil socioambiental**. São Paulo: ISA, 2008.

LACERDA, Antônio Corrêa. **Economia Brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. **A Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SANTOS, Marcelo Lima. Igreja católica nos dias atuais. 2011. Fotografia. Arquivo Pessoal.

LOPES, A.; MOTA, C. G. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

LUSTOSA, I. **A história do Brasil explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEZES, Durval. **A Conquista dos coronéis**. Vitória da Conquista: Museu Regional Henriqueta Prates, 2010.

MOTA, L. D. **Introdução ao Brasil**. São Paulo: Senac São Paulo, v.1, 1999.

MUSEU REGIONAL HENRIQUETA PRATES. **Diário do Sudoeste**. Caderno Especial, 158 anos de Vitória da Conquista, 1998.

MUSEU REGIONAL HENRIQUETA PRATES. **Jornal "A Semana"**. Ano V, nº2, 1927.

OHMAE, K. **O novo palco da economia local: desafios e oportunidades em um mundo sem fronteiras**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PINHO, D. B. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Ciclo do açúcar**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/acucar/acucar.php>>. Acesso em: 23 mar. de 2012.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REINEL, Pedro e Jorde. **Terra Brasilis**. 1519. In: Atlas Miller. Cartografia. Disponível em: [http://1.bp.blogspot.com/\\_MNjvTyDyXgc/THRF-bEBE-I/AAAAAAAAAUw/vL4qHsDsY-w/s1600/FHLP78\\_z.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_MNjvTyDyXgc/THRF-bEBE-I/AAAAAAAAAUw/vL4qHsDsY-w/s1600/FHLP78_z.jpg). Acesso em: 25 de mai. 2013.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Mineração**. 1835. Obra de arte. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/-7KKBTorGLmM/T5NdDwHO9fi/AAAAAAAAADrQ/YnudFBnoxX0/s1600/Ciclo-do-Ouro.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

SANCHEZ, I. **Para entender a internacionalização da economia**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

SANTIAGO, Natan. **Comércio Internacional e suas Tecnologias**. Osasco: UNIFIEO, 2010.

SANTOS, Valdemar S. **O Tropeirismo e sua importância para Sociedade Mineira**. Trabalho de disciplina: Mestrado em História. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SILVA, José. **Atual CEASA de Vitória da Conquista**. 2011. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/page/23/>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, André Maurício. **Importância do Líder na Formação de Equipes**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/importancia-do-lider-na-formacao-de-equipes/3198/>>. Acesso 20 jul. de 2012.

SOUZA, Maria Aparecida S. de. **A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1998.

SOUZA, Nali. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). 2012. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em: 11 de set. 2011.

TABERNA DA HISTÓRIA DO SERTÃO BAIANO. **Centro industrial dos Imborés**. Fotografia. 1980. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2013/01/DII-2.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Construção da estação de trem em Jequié**. Fotografia. [1920?]. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/04/estação+de+armazém+da+efn1.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Construção da estrada de rodagem Conquista – Jequié**. Fotografia. 1926. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/04/construção-da-estrada-conquista-jequié.gif>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Coronel Zeferino Correa e sua esposa**. Fotografia. [s.d.]. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/04/Zeferino-Correia-de-Mello-e-sua-esposa-Maria-Carolina.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Fábrica de queijos, requeijão e doces**. Fotografia. 1930. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/19301.png>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Feira livre da Av. Lauro de Freitas**. Fotografia. 1942. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Feira-Livre-na-Lauro-de-Freitas-1941.gif>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Inauguração do trecho Vitória da Conquista Poções**. Fotografia. 1927. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Padre José Luiz Soares Palmeira**. Fotografia. 1939. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/07/padre-palmeira.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pecuária em Vitória da Conquista**. Fotografia. 1930. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Praça de Jequié**. Fotografia. 1920. Disponível em: <http://www.souzaandrade.com.br/site/images/stories/2012/outubro/rua%20alves%20pereira2.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeiro avião a pousar em Vitória da Conquista**. Fotografia. 1939. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/primeiro-avião-pousou-em-1939.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeira feira livre onde hoje é a atual praça Tancredo Neves.** Fotografia. 1920. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/01/Feira-na-Rua-Grande.-Pça.-Barão-do-Rio-Branco..jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeira igreja batista.** Fotografia. 1958. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/majestoso-templo-da-1a-igreja-batista-foi-inaugurado-em-1966/>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeira igreja batista nos dias atuais.** Fotografia. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/majestoso-templo-da-1a-igreja-batista-foi-inaugurado-em-1966/>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeira igreja católica.** Fotografia. 1932. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/Em-1932-começaram-as-obras-da-atual-catedral1.gif>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeira Igreja Matriz construída por João Gonçalves da Costa e demolida em 1930.** Fotografia. [s.d.]. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/primeira-igreja-catolica-foi-demolida-em-1932/>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Segunda agência da Caixa Econômica Federal de Vitória da Conquista.** Fotografia. 1936. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/EDCP-Caixa+década+de+301.gif>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Seminário na década 50.** Fotografia. 1950. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/11/construção-da-igreja-de-fátima.gif>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tropeiros que faziam o transporte de mercadorias entre Conquista e Jequié.** Fotografia. [1925?]. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/wp-content/uploads/2012/01/tropas1.jpg>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade.** Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas Ltda., 1992.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à Economia.** São Paulo: Makron, 1999.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2009.

VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo e Perspectiva**, n. 18, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2012.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIANA, A. **Revista Histórica de Conquista.** v.1. Vitória da Conquista: Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas Ltda., 1980.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Vitória da Conquista: Gráfica de “O Jornal de Conquista”, 1998.

WEHLING, A.; WEHLING M. J. O poder na colônia. In: **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: 1999.